



ver a cidade
Florianópolis

RELATÓRIO ANUAL INDICADORES 2023 FLORIANÓPOLIS





ver a cidade
Florianópolis

RELATÓRIO DOS INDICADORES
FLORIANÓPOLIS
2023

1. APRESENTAÇÃO

O 7º Relatório Anual de Progresso dos Indicadores de Florianópolis (RAPI) é o resultado da coleta e análise de indicadores de sustentabilidade ambiental, urbana e fiscal, bem como um conjunto de recomendações aos entes públicos.

O documento dá visibilidade a um conjunto de 193 indicadores, e se baseia na metodologia do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esse trabalho coletivo envolve, desde 2017, diferentes organizações tem como objetivo acompanhar, de forma técnica e imparcial, o desenvolvimento da cidade em questões que impactam a sua sustentabilidade e a qualidade de vida de seus cidadãos

O Grupo de Trabalho que coordena a coleta, semaforização e elaboração do relatório final do RAPI é composto pela Associação FloripAmanhã, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Observatório Social do Brasil – Florianópolis.

2. CONTEXTO

O RAPI apresenta-se como importante ferramenta para que o poder público, as entidades da sociedade civil e os cidadãos em geral avaliem as questões urbanas a partir do real conhecimento de dados confiáveis e atualizados.

Além disso, à medida em que o cidadão se apropria de informações confiáveis sobre seu território, o debate político se torna mais rico, mais participativo e com melhores resultados para toda a população.

3. OBJETIVO:

O objetivo geral da Relatório Anual de Análise de Progresso dos Indicadores (RAPI) de Florianópolis é auxiliar o governo e a sociedade a estabelecerem e seguirem prioridades com metas claras e mensuráveis, para o desenvolvimento sustentável da cidade, e contribuir para a avaliação das políticas públicas urbanas, a partir de uma visão técnica, objetiva e metodologicamente embasada.

Para alcançar esses objetivos, este documento traz não somente os indicadores em si, mas também recomendações aos entes públicos para que estes possam aprimorar suas políticas públicas, de forma a viabilizar o atingimento de melhores níveis de desenvolvimento sustentável.

Em nosso 7º exercício de monitoramento, trazemos a público um “raio-x” de temas como mobilidade, saneamento básico, saúde, educação, segurança, uso adequado do solo, entre outros que influenciam diretamente na qualidade de vida de quem escolheu viver em Florianópolis.

4. ESTRUTURA DO RAPI 2022-2023

A seguir detalhamos os pilares e seus respectivos temas, com a quantidade de indicadores por tema:

4.1. Dimensão Ambiental: 3 Pilares e 8 Temas – 35 indicadores

4.1.1. Pilar - Manejo Ambiental e Consumo de Recursos Naturais – 25 indicadores

- 4.1.1.1. Tema – Água – 06 indicadores
- 4.1.1.2. Tema - Saneamento e Drenagem – 03 indicadores
- 4.1.1.3. Tema - Gestão de Resíduos Sólidos – 08 indicadores
- 4.1.1.4. Tema – Energia – 08 indicadores

4.1.2. Pilar – Mitigação dos Gases de Efeito Estufa e Outras Formas de Contaminação – 05 indicadores

- 4.1.2.1. Tema - Qualidade do ar – 02 indicadores
- 4.1.2.2. Tema - Mitigação de Mudanças climáticas – 02 indicadores
- 4.1.2.3. Tema – Ruído – 01 indicador

4.1.3. Pilar – Redução da Vulnerabilidade Diante de Desastres Naturais e Adaptação à Mudança do Clima – 05 indicadores

- 4.1.3.1. Tema – Vulnerabilidade Frente a Desastre Naturais No Contexto da Mudança de Clima – 05 indicadores

4.2. Dimensão Urbana: 5 Pilares e 12 Temas – 123 indicadores

4.2.1. Pilar - Controle do Crescimento e Melhoria do Habitat Urbano – 17 indicadores

- 4.2.1.1. Tema - Uso do Solo e Ordenamento Territorial – 11 indicadores
- 4.2.1.2. Tema - Desigualdade Urbana – 06 indicadores

4.2.2. Pilar – Promoção do Transporte Urbano Sustentável – 25 indicadores

- 4.2.2.1. Tema - Mobilidade e Transporte – 25 indicadores

4.2.3. Pilar – Promoção do Desenvolvimento Econômico Local Competitivo Sustentável – 15 indicadores

- 4.2.3.1. Tema - Ambientes de Negócios – 02 indicadores
- 4.2.3.2. Tema - Tecido Produtivo – 08 indicadores
- 4.2.3.3. Tema - Mercado Laboral – 03 indicadores
- 4.2.3.4. Tema - Conectividade – 02 indicadores

4.2.4. Pilar – Oferta de Serviços Sociais de Alto Nível e Promoção da Coesão Social – 48 indicadores

- 4.2.4.1. Tema - Educação – 11 indicadores
- 4.2.4.2. Tema - Segurança – 12 indicadores
- 4.2.4.3. Tema - Saúde – 25 indicadores

4.2.5. Competitividade – 18 indicadores

4.2.5.1. Tema - Capital Humano – 03 indicadores

4.2.5.2. Tema - Tecido Empresarial – 15 indicadores

4.3. Dimensão Fiscal: 04 Pilares – 06 Temas – 35 indicadores

4.3.1. Mecanismos Adequados de Governo – 13 indicadores

4.3.1.1. Tema - Gestão Pública Participativa – 02 indicadores

4.3.1.2. Tema - Gestão Pública Moderna – 9 indicadores

4.3.1.3. Tema - Transparência – 02 indicadores

4.3.2. Gestão Adequada da Receita – 12 indicadores

4.3.2.1. Tema - Impostos e Autonomia Financeira – 12 indicadores

4.3.3. Gestão Adequada da Despesa – 06 indicadores

4.3.3.1. Tema - Gestão do Gasto Público – 06 indicadores

4.3.4. Gestão Adequada da Dívida – 04 indicadores

4.3.4.1. Tema - Dívida – 04 indicadores





5. SEMAFORIZAÇÃO DOS INDICADORES

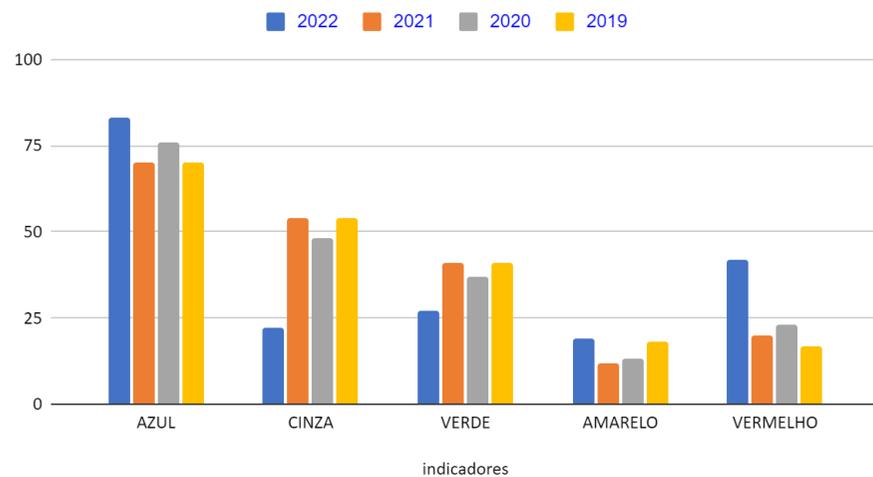
O Relatório RAPI 2022-2023 está dividido em 03 dimensões: **sustentabilidade ambiental e mudança de clima** (35 indicadores), **sustentabilidade urbana** (123 indicadores) e **sustentabilidade fiscal e governança** (35 indicadores). Essas dimensões são subdivididas em 12 pilares e 26 temas, compondo um conjunto de 193 indicadores.

Numa visão geral os indicadores foram semaforizados da seguinte forma:

- a) **“Verde”** – **42** indicadores – Indicadores que a cidade atingiu resultados satisfatórios;
- b) **“Amarelo”** – **19** indicadores – indicadores que a cidade atingiu níveis que ainda requerem atenção.
- c) **“Vermelho”** – **27** indicadores – indicadores que a cidade está abaixo do nível satisfatório e requerem atenção especial.
- d) **“Cinza”** – **23** indicadores que a administração não acompanha, ou não informou, ou foram informados fora dos parâmetros solicitados
- e) **“Azul”** - **82** indicadores novos não semaforizados.

5.1 GRÁFICO COMPARATIVO DA SEMAFORIZAÇÃO DOS ÚLTIMOS 4 ANOS

2022, 2021, 2020 e 2019 (anos base dos dados)



		2022	2021	2020	2019
Indicadores novos não semaforizados.	AZUL	82	70	76	70
indicadores que a administração não acompanha, ou não informou, ou foram informados fora dos parâmetros solicitados	CINZA	23	54	48	54
Indicadores que a cidade atingiu resultados satisfatórios	VERDE	42	41	37	41
Indicadores que a cidade atingiu níveis que ainda requerem atenção	AMARELO	19	12	13	18
Indicadores que a cidade está abaixo do nível satisfatório e requerem atenção especial	VERMELHO	27	20	23	17
quantidade total de indicadores		193	197	197	200



6. TABELA DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE:

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			> 90%–100 %	75%–90 %	< 75%									
1	CASAN	Porcentagem de moradias com conexões à rede de água em relação a população projetada IBGE	> 90%–100 %	75%–90 %	< 75%	82% (2013)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2	CASAN	Consumo de água per capita dia: Consumo total anual faturado de água em m3 dividido pela população projetada IBGE e dividido por 365 dias	120–200	80–120 ou 200–250	< 80 ou > 250	250 litros/hab/dia	160,23(l/ha b x dia)	167,89 (l/hab x dia)	167,61 (l/hab x dia)	163 l/hab.dia	173,5 l/pessoa/dia	172,9 l/pessoa/dia	0,1631 m3/pessoa/dia = 163,1 l/pessoa/dia	0,1726 m3/pessoa/dia = 172,6 l/pessoa/dia
3	CASAN	Média anual de horas/dia em que há o fornecimento contínuo de água.	> 20 h/dia	12–20 h/dia	< 12 h/dia	16,32 h/dia	ND	19,9h/dia	23,44h/dia	24h/dia	24h	23,86 horas/dia	23,86 horas/dia	23,98 horas/dia
4	CASAN	Qualidade da água: Percentual de amostras de água analisadas no ano que atendem às normas nacionais de qualidade da água potável.	> 97%	90%–97 %	< 90%	95% (2012)	90,46%	94,82%	94,75%	95%	98,53%	95,19%	95,87%	97,20%
5	CASAN	Água não contabilizada = Porcentagem de água tratada que entra no sistema de distribuição mas não é cobrada pela concessionária (perdas por vazamentos na tubulação, medidores quebrados, falta de medidores, ligações ilegais, etc).	0%–30%	30%–45 %	> 45%	44,67% (2010)	29,30%	38,92%	31,92%	31%	42,41%	43,84%	43,80%	39,30%
6	SDE/SEMA	Número remanescente de anos de saldo hídrico positivo (volume de água disponível dividido pelo consumo anual real (faturado + perdido).	> 10	5–10	< 5	2 anos (2010)	3,11 anos	2,7 anos	3 anos	6 anos	ND	ND	85%	ND
7	CASAN	Porcentagem de moradias com ligação ao sistema de esgoto	> 75%	75%–60 %	< 60%	45% (2013)	57,55%	60,19%	55,13%	64%	66,9% da cobertura urbana em Florianópolis	67,42%	68,89% da cobertura urbana em Florianópolis * das áreas atendidas pela Casan	68,39% da cobertura urbana em Florianópolis

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			> 60%	40%–60%	< 40%									
8	CASAN	Porcentagem de águas residuais ou efluente (águas de esgoto) tratadas conforme as normas nacionais pertinentes: total de m³ de águas residuais que entram anualmente nas estações de tratamento dividido pelo total de m³ de água faturadas.	> 60%	40%–60%	< 40%	51%	57,55%	60,19%	55,13%	64%	58,58%	55,56%	65,07%	62,69%
9	SMSP	Porcentagem anual de moradias afetadas por inundações intensas decorrentes de transbordamentos dos sistemas de drenagem e esgoto e de inundações causadas por rios e marés.	< 0,5%	0,5–3	> 3%	NA	NA	NA	ND	0,5% (inundações são referentes aos rios e estes são pouco frequentes em Florianópolis)	0,50%	7,00%	9,00%	11,00%
10	COMCAP	Porcentagem da moradias com coleta regular de resíduos sólidos, pelo menos uma vez por semana.	90%–100%	80%–90%	< 80%	100%	100%	100%	100%	100% (20% diária e 80% 2 ou 3 vezes por semana)	100%	100%	100%	100%
11	COMCAP	Massa total (toneladas) de resíduos sólidos recolhidos (lixo convencional, coleta seletiva, lixo hospitalar, lixo pesado).	Sem valor de referência			Convencional: 177.000 t Seletiva: 12.089 t Saúde: 47,8 t Lixo pesado: 26.972,68 t Total: 216.109,48 toneladas	Convencional: 185.353 t Seletiva: 11959 t Saúde: 50,3 t Lixo pesado: 29.207,05 t Total: 226.569,3 toneladas	Convencional: 183.345 t Seletiva: 11.700 t Saúde: 42,0 t Lixo pesado: 25.200 t PEV de vidro: 117,64 t Total: 220.404,64	203.262 ton	209.610 ton	212.303 ton	205.291 ton	198.945,33	227.444,05
12	COMCAP	Quantidade (kg) de resíduos sólidos coletados por habitante, por dia (população projetada IBGE)	Sem valor de referência							2,32 kg/hab/dia	1,16 kg/hab/dia (pop 500.973)	1,10 kg	1,05 kg/hab/dia	1,09

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			<35%	36%- 50%	> 50%									
13	COMCAP	Porcentagem de resíduos sólidos municipais dispostos (depositados) em aterros sanitários	<35%	36%- 50%	> 50%	93,21%	93,10%	93,15%	93,83%	94,01%	92,85%	ND	93,27%	88,82%
14	COMCAP	Vida remanescente útil das instalações de aterro sanitário	> 8	5-8	< 5	10 anos	ND	1 ano	4 anos	25 anos	ND	Não dispomos deste informação. O Aterro Sanitário, é operado por empresa privada que também recebe resíduos de outros municípios	16 anos(2020), sem contar com área a ser ampliada.	ND
15	COMCAP	Porcentagem de resíduos sólidos municipais compostados pela Prefeitura	> 20%	5%-20%	< 5%	1,00%	0,35%	0,33%	0,016	0,29%	1,93%	2,30%	0,91%	3,58%
16	COMCAP	Porcentagem de resíduos sólidos municipais separados e classificados para reciclagem	> 25%	15%-25 %	< 15%	5,00%	6,92%	6,85%	6,17	5,99%	5,22%	5,90%	3,76%	7,60%
17	COMCAP	Porcentagem da tonelagem de resíduos sólidos municipais utilizados como recurso energético	> 20 %	10%- 19%	< 10%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
18	CELESC	Porcentagem de domicílios com ligação autorizada à energia elétrica	90%-100 %	70%-90 %	< 70%	92,70%	203.940 (UCR) 79,02%	209.174 (UCR) 76,60%	210.707 (UCR) 72,96%	ND	Não temos informação do número de ligações clandestinas.	224.611 unidades consumidoras residenciais	264.673 unidades consumidoras	294.907 número total de unidades consumidoras (103,47%)
19	SC GÁS	Porcentagem de domicílios com ligação autorizada à rede de fornecimento de gás natural	> 25%	15%-25 %	< 15%	0,52%	0,47%	0,63%	0,95%	1,98%	2.539 unidades residenciais	2.585 unidades residenciais em sua base de clientes atendidos	2.612 Unidades Residenciais	3.506 unidades consumidoras (1,23%)

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
20	CELESC	Quantidade anual de horas de interrupções elétricas ao ano por cliente: quantidade anual de horas de interrupção do fornecimento de energia dividido pela quantidade de domicílios cadastrados	< 7h	7–10h	> 10h	6,54	7,99	5,72	ND	ND	5,42 vezes (ano)	4,46 (vezes ano)	7,24	8,67
21	CELESC	Duração média em hs/mês por cliente das interrupções elétricas: total anual de horas de interrupção do fornecimento de energia dividido pelo números de domicílios atingidos dividido por 12 meses	< 10h	10–18h	> 18h	17,15 horas	13,32 horas	8,79 horas	ND	ND	8,08 horas (ano)	6,88 (horas ano)	0,6	0,72
22	CELESC	Consumo anual de eletricidade por cliente residencial	1500–3500 kWh/por domicílio /ano	900–1500 kWh/por domicílio /ano	< 900 kWh/por domicílio /ano > 5000 kWh/por domicílio /ano	2.842,22 kWh / consumidor residencial	2.705,45 kWh / consumidor residencial	2.783,58 kWh / consumidor residencial	2.726,15 kWh/consu midor residencial	ND	2.536,56 kWh/ano	2.885,36 kWh/ano	2.877,59	2.975,27
23	CELESC	Intensidade energética da economia: Total ano de KWH consumidos por todos os clientes (residenciais e não residenciais) dividido pelo PIB projetado IBGE.	< 116**	116** ≤ x ≤ 150**	> 150**	ND	ND	ND	ND	ND	Total de kWh/ano = 16.366.472.328,00 (/21.359.580.000,00 (usado PIB percapta 42.719,16)) = 0,7662	Intensidade Energética (Consumo/PIB): 61,859	60,55	66,15
24	COSIP	Porcentagem da iluminação pública que utiliza a tecnologia LED	50%	50% - 30%	< 30%						13,2% de unidades LED instaladas no parque de IP (7.410 unidades LED de um total de 55.994 unidades).	15,80%	17,50%	17,5% 10.913 Luminárias

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			> 50%	20%–50 %	< 20%									
25	CELESC	Porcentagem de energia renovável sobre o total de energia gerada	> 50%	20%–50 %	< 20%	84,5% (2013)	75,50%	81,70%	80,40%	Não possuímos essa informação, havendo diferentes agentes de geração em SC.	0,63%	1,08%	1,95%	
26	FLORAM	Índice de qualidade do ar	0–50	51–100	> 100	Não é levantado pelo Município	Não é levantado pelo Município	Não é levantado pelo Município	ND	Não é levantado pelo município	Não informado	ND	ND	ND
27	FLORAM	Concentração de MP 10	< 50 MP 10 em média em 24 horas em µg/m3	50–150 MP 10 em média em 24 horas em µg/m3	> 150 MP 10 em média em 24 horas em µg/m3	Não é levantado pelo Município	Não é levantado pelo Município	Não é levantado pelo Município	ND	Não é levantado pelo município	Não informado	ND	ND	ND
28	FLORAM	Emissões de GEE per capita (População projetada do IBGE)	< 5	5–10	> 10	2,17 toneladas	2,17	2,17	2,17	Não é levantado pelo município	2,17	ND	ND	ND
29	FLORAM	Emissões de GEE/PIB	< 0,35	0,35–0,8	> 0,8	0,13	0,13	0,13	0,13	Não é levantado pelo município	0,13	ND	ND	ND

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
30	FLORAM	Média anual (em decibéis) de ruído nos 5 principais pontos críticos da cidade	< 70 decibéis	70 - 80 decibéis	> 80 decibéis						Trata-se de uma métrica que o depto não acompanha. A métrica que podemos disponibilizar são os bairros com maior percentual de denúncias: Centro 22,8%; Canasvieiras 7,1%, Ingleses 6,8%, Córrego Grande 4,4%, Capoeiras 4,4%, Estreito 3,7%, Saco dos limões 3,7%, do total de 353 denúncias recebidas no Departamento no ano de 2019.	Trata-se de uma métrica que o Depto ainda não consegue acompanhar. A métrica possível é por bairros com maior percentual de denúncias do total de 278 denúncias recebidas no Departamento no ano de 2020: Centro - 24,90%, Campeche - 9,64%, Coqueiros - 9,04%, Canasvieiras - 7,83%, Estreito - 7,23%, Ingleses - 6,63%, Itacorubi - 5,63%, Corrego grande - 5,42%, Morro as pedras - 4,82%, Trndade - 4,22%, Abraão - 3,61%, Saco, Grande - 3,01%, Jardim Atlantico - 3,01% , Rio Tavares - 3,01%, Outros - 2%	ND	ND
31	SMSP/Defesa Civil	Mapas de risco: porcentagem das áreas sujeitas a riscos decorrentes de deslizamentos, inundações costeiras e fluviais, mapeadas na escala 1:10.000, com grau de risco alto, médio ou baixo risco.	acima de 90%	de 60 a 89,99%	abaixo de 60%						100%	100%	100%	100%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
32	SMSP	Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais: Percentual das áreas de risco e vulnerabilidades da cidade (áreas de risco de deslizamento, de inundação costeira e pluvial, de vulnerabilidade social, de interrupções das pontes, de secas com comprometimento de abastecimento de água, apagões e de congestionamento viário extremo) que possuem planos de contingência adequados e atualizados.	acima de 90%	de 60 a 89,99%	abaixo de 60%	Sim	ND	Há plano de contingência, já testado e aplicado em eventos registrados nos últimos 12 meses.	Sim, há um plano de contingência já testado e aplicado em eventos registrados nos últimos 12 meses	Plano de contingência se encontra atualizado e testado em 2017, 2018, 2019. Atualização relacionada as Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo é parte suplementar.	100%	100%	100%	100%
33	SMSP	Existência de sistemas eficazes de alerta precoce: Percentual dos planos de contingência de riscos que possui alerta precoce	acima de 90%	de 60 a 89,99%	abaixo de 60%	Sim	ND	Na prática, não existe.	Sistema em funcionamento testado anualmente, sob responsabilidade direta da defesa civil estadual - alertas via sms - monitoramento com 3 radares lontras, Chapecó e Araranguá.	Defesa Civil é a responsável pelo monitoramento e emissão de alertas, por meio de SMS para a população e informações diretas aos coordenadores municipais que disseminam a informação e disparam os planos de defesa.	100%	100%	100%	100%
34	SMSP	Alocação orçamentária para a gestão de risco de desastres: Porcentagem da Lei Orçamentária Anual (LOA) planejados para mitigação dos riscos de desastres naturais e mudanças climáticas	acima de 0,5%	0,5 a 0,3%	abaixo de 0,3%	Existem recursos financeiros disponíveis para atender emergências, redução de vulnerabilidades e sistemas de transferência de riscos	ND	Existem recursos financeiros disponíveis para atender emergências, redução de vulnerabilidades e sistemas de transferência de riscos	Existem recursos financeiros disponíveis para atender emergências, redução de vulnerabilidades e sistemas de transferência de riscos	Cidade possui Fundo Municipal de Emergência com características para as ações de resposta.	0,42% (Lei 10.672-2019, total do orçamento R\$ 2.357.582.046,00)	0,076% LOA 2021	0,100% LOA 2022 (Lei 10.832/2021)	0,125% LOA 2022 Lei 10.832/2021

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			< 10%	10%–20 %	> 20%									
35	SMSP/Defesa Civil	Porcentagem de moradias em risco: Porcentagem de moradias em risco devido a construções inadequada (paredes, tetos ou pisos inseguros), ou devido a sua localização em áreas de risco não mitigável.	< 10%	10%–20 %	> 20%	11% (PMHIS)	ND	11% (PMHIS em validade)	7,19%	1,27%	O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) define quatro graus de risco: R1 (3,96%); R2 (2,03%); R3 (0,5%); R4 (0,01%).	0,40%	0,60%	0,80%
36	IPIUF	Percentual de crescimento anual da quilometragem da malha urbana	< 3%	3%–5%	> 5%	2,1% (por meio da leitura de imagens Landsat)	ND	1,09% (por vetorização manual sobre ortofotos)	0,16%	0,84%	De 0,86% para 0,56%	De 0,86% para 2,43%	1,86%	0,84%
37	IPIUF	Densidade (líquida) da população urbana: quantidade de população por km ² de área urbanizada (exclui-se as áreas de agricultura e açudes de mais de 5 km)	7.000 - 20.000	4.000–7. 000; 20.000–2 5.000	< 4.000; > 25.000	4.523hab/k m ² (leitura de imagens Landsat)	ND	5.134 hab/km ² (vetorização ortofotos)	4.957,53 hab/km ²	4.788,24 hab/km	De 4.977,24 hab/km ² para 5.017,22% hab/km ²	De 5.055,26 hab/km ² para 4.975,08 hab/km ²	4.958,28 hab/km ²	5.113,88 hab/km ²
38	IPIUF	Crescimento demográfico: porcentagem de crescimento da população - com base na população projetada pelo IBGE	<1%	1% - 1,5%	> 1,5%	1,70%	1,70%	1,70%	1,68%	1,47%	1,62%	1,57%	1,51%	4,01%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
39	SMDU	Porcentagem de moradias que não respeitam os padrões de habitabilidade definidos pelo país: quantidade de moradias que não respeitam os padrões de habitabilidade do país dividido pelo quantidade de moradias registradas	< 10%	10%–25 %	> 25%	10,66%	ND	Sem atualização (PMHIS ainda em validade)	11,60%	ND	Não Informado	ND	<p>Carência de água: 829</p> <p>Carência esgoto sanitário: 4.513</p> <p>Carência energia elétrica: 730</p> <p>Carência coleta de lixo: 2.732</p> <p>Sem sanitários internos: 701</p> <p>Adensamento excessivo: 1.488</p> <p>Inadequação fundiária: 7.148</p> <p>Fonte: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. 2012.</p> <p>6.163 famílias (15%) entre as inscritas no CadÚnico(41.804) e analisadas não possuem moradia adequada e precisam de melhorias habitacionais e/ou provisão de infraestrutura urbana e serviços públicos, sendo enquadradas em situação de déficit qualitativo. Representa 2,16%, considerando o número absoluto apresentado de 6.163 moradias em relação ao número de moradias permanentes da cidade conforme Censo 2022 de 284.991</p>	

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			< 10%	10%–25 %	> 20%									
40	SMDU	Déficit de moradias quantitativo	< 10%	10%–25 %	> 20%	7,60%	ND	Sem atualização (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) ainda em validade)	7,60%	ND	Déficit habitacional quantitativo é de 7.872 unidade a necessidade de reassentamen tos é de 1.666 habitações	ND	Estimativa do déficit habitacional quantitativo em ZEIS: 7.842	Déficit quantitativo 21.705 famílias = 52% (Total 41.804 famílias do CadÚnico estão enquadradas nos critérios definidos)
41	IPIUF	Áreas verdes por 100.000 habitantes: quantidade de hectares (10.000m ²) de áreas verdes permanentes de lazer (de acordo com o Plano Diretor) para cada 100.000 habitantes (população projetada IBGE)	> 50	20–50	< 20	2.894 ha	7.438 ha	7.313 ha	6.740 ha	6.123,36 ha	De 5786,66 hectares/100, 000hab para 6.088,92 hectares/100, 000hab	De 5.710,10 hectares / 100.000 habitantes para 6.088,77 hectares / 100.000 habitantes	5.565,61 hectares/100. 000 habitantes	5.438,05 hectares/100. 000 habitantes
42	IPIUF	Espaços públicos de área de recreação por 100.000 habitantes: quantidade de hectares (10.000m ²) de áreas públicas de livre acesso para recreação, conforme definido no Plano Diretor, para cada 100.000 habitantes	> 10	7–10	< 7	69,4 ha	1.205,37 ha	1.179,72 ha	2.319,88 ha	55,44 ha	35,89 hectares/100. 000hab	De 82,31 hectares por 100.000 habitantes para 49,16 hectares por 100.000 habitantes	48,42 hectares/100. 000 habitantes	46,66 hectares/100. 000 habitantes
43	IPIUF	Porcentagem das edificações em áreas de conflito ambiental: quantidade de edificações irregulares dividido pelo total das edificações.	< 0,5%	0,6% - 2%	> 2 %						9,28%	10,65%	9,24%	9,69%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
44	IPIUF	Áreas naturais protegidas: porcentagem de Unidades de Conservação (UC) com plano de manejo.	acima de 90%	de 60 a 89,99%	abaixo de 60%	Não levantado	Não levantado	ND	56%	12.107,0 ha	De 27,95% (considerando todas as UC) 0,30% (considerando somente UC com plano de manejo) para 27,15% (total UC) 2,79% (com plano de manejo)	27,15% (total UC) 6,42% (com plano Manejo)	41,26% (total das UC) 8,14% (UC com plano de manejo)	41,27 (total das UC) 8,14% (UC com plano de manejo)
45	IPIUF	Existência e implementação ativa de um plano de uso do solo: porcentagem de projetos de construção pública e privada que obedecem rigorosamente o Plano Diretor de uso do solo.	acima de 95%	de 80 a 94,99%	abaixo de 80%	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	ND	ND	ND	ND

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
46	SMPIU	Porcentagem de área parcelada irregularmente sobre área urbanizável.	< 10%	10% - 25%	> 25%	44,20%	ND	ND	50,39%	1,48% ??	36% de mancha urbana com indicativo de irregularidades urbanísticas e fundiárias no Município.	ND	Total 36% Por Distrito: Barra da Lagoa: 50,58% Cachoeira do Bom Jesus: 48,07% Campeche: 71,80% Canasvieiras: 16,58% Ingleses do Rio Vermelho: 66,35% Lagoa da Conceição: 38,39% Pântano do Sul: 42,98% Ratones: 34,09% Ribeirão da Ilha: 35,98% Santo Antônio de Lisboa: 16,26% São João do Rio Vermelho: 81,84% Sede: 17,49%	39,81%
47	SEMAS	Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza: renda mensal inferior a meio salário mínimo (IBGE)	< 15%	15%–25 %	> 25%	1,35% (2010)	ND	ND	1,35% (2010)	1,35% (2010)	1,35% (2010)	1,35%	1,35% (2010)	5,7% (FGV 2022)
48	IPIUF	Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS): Porcentagem de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em hectares e das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) dividido pela área urbanizável	sem valor de referência			Não levantado	Não levantado	ND	64	Norte: 895,16 ha Sul: 605,02 ha Centro: 732,73 ha Continente: 154,69 ha Leste: 19,74 ha	22,89%	22,89%	22,89%	22,89%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
49	SMDU	Percentual de Domicílios em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e nas Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS), em relação aos domicílios municipais	sem valor de referência			Não levantado	Não levantado	ND	16.244	18.842 (Norte: 4,38% Sul: 3,50% Centro: 14,61% Continente: 2,11% Leste: 0,06%)	ND	ND	Cerca de 6% dos núcleos urbanos informais mapeados encontram-se delimitados como Zonas de Especial Interesse Social pelo Plano Diretor Urbanístico de Florianópolis (Lei n. 482/2014), o que equivale a 2% da mancha urbana total. Neste cálculo, não foram considerados assentamentos de baixa renda que não estão delimitados como ZEIS. Fonte: Texto Base da 6a Conferência da Cidade de Florianópolis, 2020.	38% dos domicílios em Fpolis estão na faixa de 0 a 3 SM
50	SMDU	Porcentagem de moradias localizadas em assentamentos informais: quantidade de moradias em assentamentos informais dividido pelo total de domicílios	< 20%	20%–30 %	> 30%	3,41 %	ND	ND	10%	12,78%	ND	ND	Número total de habitações localizadas em ZEIS: 13.231. Fonte: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. 2012. Número de domicílios em aglomerados subnormais: 5.027. Número total de domicílios: 147.437. Fonte: IBGE, 2010	Em Fpolis todos os assentamentos informais estão em ZEIS. Total de domicílios em ZEIS e AEIS é de 21.073 (7,39% SENSO 2022)
51	SEMAS	Coeficiente de Gini da renda (Fonte: PENAD Contínua do IBGE)	< 0,40	0,40–0,49	> 0,49	0,5474	ND	ND	0,54 (2010)	0,54 (2010)	0,54 (2010)	0,54	0,54 (2010)	0,419 (FIESC 2022)

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
60	SMPU	Porcentagem de km de calçadas e calçadas pavimentados, em relação ao total de km de vias	sem valor de referência								ND	ND	ND	60%
61	SMPU	Quilometragem média/mês rodada pela frota de transporte público	sem valor de referência								2.862.446 km	1.273.214,96 km/mês média	1 853 096,91	2.750.000
62	SMPU	Quantidade média/mês de pessoas transportadas pelo transporte público	sem valor de referência								175.378	1.768.150,67 passageiros/mês.	2 569 218,33	4.603.849
63	SMPU	Custo anual do sistema de transporte público (subsídio + custo do consórcio) por pessoa transportada	sem valor de referência								R\$ 4,25	ND	ND	R\$ 5,27
64	SMPU	Velocidade média/mês da frota de transporte público	sem valor de referência								23 km/h	ND	24,23 km/h	23,53 KM/H
65	SMPU	Média/mês da capacidade ofertada para o transporte de pessoas no sistema de transporte público	sem valor de referência								ND	7.351.979 média/mês da capacidade ofertada.	12.800.000	16.300.000
66	SMPIU	Distribuição modal: porcentagem do transporte realizado via bicicleta, barco, taxi, aplicativo, carro particular e ônibus.	> 65%	50%–65 %	< 50%	31%	ND	ND	ND	65%	ND	ND	ND	ND
67	SMPU	Média/litros/mês do consumo de óleo diesel da frota de transporte público (Fonte: Consórcio Fênix)	sem valor de referência								0,3438 l/km	ND	ND	834.462
68	SIE	Média/ litros/mês da Venda de combustíveis (Fonte: ANP)	sem valor de referência								ND	ND	ND	ND
69	SMPU	Porcentagem da frota de transporte público movida a energia elétrica	sem valor de referência								0%	0%	0%	0%
70	SMPU	Porcentagem da frota de transporte público com ar condicionado	sem valor de referência								18,50%	19,74%	19,75%	18,00%
71	SMPU	Idade média da frota do transporte público	< 6	6–12	> 12	6,53 anos	5,1 anos	5,32 anos	convencional: 6,71 executivo: 6,56	6	5,9 anos	6,78 anos.	7 anos e 9 meses	8 anos e 6 meses

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			< 0,1	0,1–0,2	> 0,2									
72	SSP	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por mil habitantes	< 0,1	0,1–0,2	> 0,2	0,19	0,12	0,13	0,22	0,12	0,13	0,12	0,116	0,057
73	SMS	Quantidade anual de pessoas hospitalizadas por acidentes de trânsito por 100.000 habitantes (população projetada IBGE)	sem valor de referência								28,9	ND	ND	18,59
74	SMPU	Velocidade média de viagem (transporte público e privado) nas principais vias públicas durante os horários de pico	> 30	15–30	< 15	15	22,22 km/h (projeção PLAMUS)	ND	ND	24	17 km/h	ND	ND	20,12
75	SIE	Número de veículos de uso pessoal (automóveis, SUV's, etc) registrados no DETRAN local (exceto táxis) per capita (população projetada IBGE)	< 0,3	0,3–0,4	> 0,4	0,46	0,45	0,45	0,46	0,45	0,63	0,63	0,638	0,722
76	SMPU	Sistema de planejamento e administração de transporte: compreendendo pesquisa de origem e destino (atualizado nos últimos 2 anos), plano de ação regionalizado, plano de gestão regionalizado.	A cidade tem os três elementos	A cidade tem uma pesquisa de origem/destino recente e tem ou está em via de criar e publicar um plano mestre de transporte baseado na pesquisa ou outros documentos de apoio.	A cidade não possui uma pesquisa de origem/destino feita menos de dois anos antes no momento da medição do indicador.	ND	A PMF não dispõe de Plano de Mobilidade Urbana	A PMF tem uma pesquisa O/D de 2014, realizada em conjunto com a RMF (PLAMUS)	A PMF tem uma pesquisa O/D de 2014, realizada em conjunto com a RMF (PLAMUS)	ND	ND	ND	ND	ESTÃO REGIONALIZADOS

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			Até 5%	5%–10%	> 10%									
77	SMPU	Índice de acessibilidade (Salário Mínimo Nacional/(44 viagens mês* valor da tarifa em dinheiro))	Até 5%	5%–10%	> 10%	25%	ND	ND	33,24%	ND DIFÍCIL APURAÇÃO	5,15	5,27	6,12	5
78	SMTTDE	Quantidade de dias para abrir uma empresa, exceto MEI	< 12	12–20	> 20	3	3	3	7 a 10	65 dias	Baixo Risco - Mesmo Dia (4 horas) Outras Categorias de Risco - em até 15 dias	1 dia e 19 horas	1 dia e 1 hora (Mapa de Empresas, Ministério da Economia)	12 horas
79	SMTTDE	Quantidade de dias para abrir uma empresa de Micro Empreendedor Individual (MEI)	< 7 dias	8 – 13 dias	> 14 dias						4 horas	5 horas	ND(Mapa de Empresas não está gerando)	ND (o mapa de empresa não gera este dado)
80	FLORIPA AIRPORT	Tonelada de carga transportada pelo aeroporto em comparação com a sua capacidade máxima (Fonte: Infraero e aeroporto)	sem valor de referência								ND	ND	ND	2.500 toneladas Carga Internacional 3.550 toneladas carga doméstica
81	FLORIPA AIRPORT	Quantidade de pessoas transportadas pelo aeroporto ano- Consultar Infraero e aeroporto	sem valor de referência								ND	ND	ND	3.393.219 de passageiros em 2022
82	SMPU/SIE	Tonelada de carga transportada por ônibus (rodoviária) em comparação com a sua capacidade máxima (Fonte: rodoviária e Deter)	sem valor de referência								ND	ND	ND	Não existe parâmetros estatísticos para os dados solicitados
83	SIE	Quantidade de pessoas transportadas pela rodoviária ano (Fonte: rodoviária e Deter)	sem valor de referência								ND	ND	ND	Chegados=791.428 + Saídos = 850.637 Total 1.642.065
84	SMTTDE/SIE	PIB per capita da cidade (Fonte IBGE - Estatísticas)	>US\$ 9.000	US\$ 3.000–US\$ 9.000	< US\$ 3.000	16.999 (2011)	ND	ND	ND	45.000	R\$ 40.162,60 - Valor referente a 2017	R\$ 42.719,16 Valor referente a 2018	R\$ 43.842,54 (O Mapa de Empresas não está gerando)	R\$ 41.885,53 Fonte: IBGE ano base 2020

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
85	SMTTDE	Taxa de crescimento do PIB per capita da cidade (Fonte: IBGE Estatísticas)	> 2,5% O crescimento do PIB per capita da cidade é positivo e superior ao crescimento do PIB nacional (2)	2-2,5% O crescimento do PIB per capita da cidade é positivo e igual ou similar ao crescimento do PIB nacional (1)	<2% O crescimento do PIB per capita da cidade é positivo e igual ou similar ao crescimento do PIB nacional (0)	4,28%	ND	ND	ND	5,5%	2,85%	6,36%	2,63% (Cálculo com base no indicador do ano anterior!)	- 4,46% Fonte: IBGE - ano base 2020 (renda percapita ano atual/renda per capita ano anterior)
86	SMF	Porcentual do PIB de Florianópolis em relação ao PIB de SC	sem valor de referência			7,14%	ND	ND	ND	7,26%	ND	14%	6,79 %	6,10%
87	SMTTDE	Taxa de crescimento do PIB da cidade (Fonte: IBGE Estatísticas)	>3,5% O crescimento do PIB da cidade é positivo e superior ao crescimento do PIB nacional (2)	3-3,5% O crescimento do PIB da cidade é positivo e igual ou similar ao crescimento do PIB nacional (1)	<3% O crescimento do PIB da cidade é positivo e igual ou similar ao crescimento do PIB nacional (0)	6,17%	ND	ND	ND	5,5%	ND	7,90%	2,60%	-2,97% Fonte: IBGE - ano base 2020 (PIB ano atual/PIB ano anterior)
88	SMTTDE	Taxa de desemprego (Fonte: IBGE - ESTATÍSTICAS - PNAD Contínua)	< 7%	7%–12%	> 12%	5% (2013)	5,90%	6,40%	6,40 %	6,5% (janeiro a setembro)	8,30% (jan, fev, mar 2020)	ND	ND	10,30% Fonte: PNAD contínua, painel, ano base 2019

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			> 75%	75% - 65%	< 65%									
89	SMTTDE	Porcentual da população ocupada - Formal (Fonte: IBGE - ESTATISTICAS - PNAD Contínua) https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama	> 75%	75% - 65%	< 65%						63,90%	ND	ND (PNAD Contínua somente traz dados de SC)	72% Fonte: PNAD contínua, painel, ano base 2019 - taxa de ocupação e não formalidade
90	SMTTDE	Emprego informal como porcentagem do emprego total (Fonte: IBGE - ESTATISTICAS - PNAD Contínua) https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama	< 20%	20%–35 %	> 35%	42,85%	ND	ND	ND	8%	ND	ND	ND (PNAD Contínua somente traz dados de SC)	28,4% Fonte: PNAD contínua, painel, ano base 2019 (taxa de informalidade = 100 - taxa de formalidade)
91	SMTTDE	Assinaturas à internet de banda larga fixa (por 100 mil habitantes) - POPULAÇÃO PROJETADA IBGE (Fonte: IBGE - ESTATISTICAS - PNAD Contínua)	> 15%	7%–15%	< 7%	21,43%	38,93%	32,98%	54,6% (fonte ANATEL)	67,67% (2012)	90,40%	ND	47,64% (Anatel 2021)	ND
92	SMTTDE	Assinatura Internet Banda Larga móvel (por 100 mil habitantes) - População projetada pelo IBGE (Fonte: IBGE - ESTATISTICAS - PNAD Contínua)	> 20%	10%–20 %	< 10%	43,56%	42,50%	ND	57,8% (fonte IBGE)	77,06% (2012)	90,30%	ND	38,27% (Anatel 2021)	ND
93	SME	Taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos	< 0,5%	0,5% - 2%	> 2%	2,1% (2013)	ND	ND	0,80%	1,6%	1,60%	1,60% (dados de 2019)	ND	1,60% (dados de 2019)

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
94	SME	Porcentagem de Estudantes do ensino fundamental com nível satisfatório em provas padronizadas (IDEB) de Leitura	sem valor de referência	49% (2011)	59%	ND	ND	IDEB 2017 - 64 % (23% avançado e 41% proficiente) 5º ano	ND	Prova Brasil 2019 - 62% - Proporção de alunos na competência de leitura e interpretação de textos até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 35% - Proporção de alunos de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.	Prova Brasil 2019 - 62% - Proporção de alunos na competência de leitura e interpretação de textos até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 35% - Proporção de alunos de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.	Prova Brasil 2019 - 62% - Proporção de alunos na competência de leitura e interpretação de textos até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 35% - Proporção de alunos de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.
95	SME	Porcentagem de Estudantes do ensino fundamental com nível satisfatório em provas padronizadas (IDEB) de Matemática	sem valor de referência	44% (2011)	45%	ND	ND	IDEB 2017 - 48 % (11% avançado e 37% proficiente) 5º ano	ND	Prova Brasil 2019 - 50% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 19% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede municipal de ensino.	Prova Brasil 2019 - 50% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 19% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede municipal de ensino.	Base 2019 - 44% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 5 ano na rede municipal de ensino. - 18% - Proporção de alunos na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede municipal de ensino.

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			< 15:1	Entre 15:1 e 25:1	> 25:1									
96	SME	Quantidade de alunos por professor nas escolas públicas				17	17	17	ND	Censo escolar 2018 - 2.752 profissionais /28.545 alunos = 10,35	12 (Educação Infantil) e 23 (Ensino fundamental) - municipal	10,6 (Educação Infantil) e 19,8 (Ensino Fundamental).	alunos por professor é de 17,07 (Municipal) de 16,98 (Rede Estadual) e 10,42 (Rede Federal)	alunos por professor 16,06(Municipal) de 18,73(Estadua l) e 9,40(Federal)
97	SME	Número de estudantes matriculados na pré-escola e recebem atendimento integral				71,8% (2012, proporção populaciona l do Censo 2010)	ND	ND	70 % (11.380)	Censo escolar 2018 - pré escola (de 4 a 5 anos, 11 meses e 29 dias). Não possui dados sobre a população completa dessa faixa etária. - 11.471 alunos (inst púb e priv) (6.770 período parcial e 4.701 período integral)	3.255 - municipal	3.293 - municipal	Segundo o Censo Escolar de 2021, na Rede Municipal de Ensino Florianópolis, o número de crianças matriculadas na pré-escola e que recebem o atendimento integral é de 3.271 crianças. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 1.310 crianças. O total de crianças matriculadas na pré-escola que recebem o atendimento integral e que foram declaradas o Censo Escolar de 2021, no município de Florianópolis, é de 4581 crianças.	Segundo o Censo Escolar de 2022, na Rede Municipal de Ensino Florianópolis, o número de crianças matriculadas na pré-escola e que recebem o atendimento integral é de 2.988 crianças. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 1.282 crianças. O total de crianças matriculadas na pré-escola que recebem o atendimento integral e que foram declaradas o Censo Escolar de 2022, no município de Florianópolis, é de 4270 crianças.

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
98	SME	Número de estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental (6 a 11 anos)				88,6% (2012, informações do Censo 2010)	ND	ND	79 % (27.851)	Censo escolar 2018 - Anos Iniciais Fundament al. Não possui dados sobre a população completa dessa faixa etária. - 28.545 alunos (inst púb e priv)	29.562 (instituições públicas e privadas)	9.950 (municipal) 30.065 (públicas e privadas)	Segundo o Censo Escolar de 2021, o número de estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é de 10.574 estudantes. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 20.252 estudantes. O total de estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que foram declarados no Censo Escolar de 2021 no município de Florianópolis é de 30.826 estudantes.	Segundo o Censo Escolar de 2022, o número de estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é de 11.047 estudantes. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 20.551 estudantes. O total de estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que foram declarados no Censo Escolar de 2022 no município de Florianópolis é de 31.598 estudantes.

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
99	SME	Número de estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental (12 a 15 anos)				88,6% (2012, com informações do Censo 2010)	ND	ND	83 % (22.553)	Censo escolar 2018 - Anos Finais Fundamental. Não possui dados sobre a população completa dessa faixa etária. - 22.787 alunos (inst púb e priv)	23.081 (instituições públicas e privadas)	7.635 (municipal) 23.850 (públicas e privadas)	Segundo o Censo Escolar de 2021, o número de estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é de 7.900 estudantes. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 16.644 estudantes. O total de estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e que foram declarados no Censo Escolar de 2021 no município de Florianópolis é de 24.544 estudantes.	Segundo o Censo Escolar de 2022, o número de estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é de 8.110 estudantes. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 16.732 estudantes. O total de estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e que foram declarados no Censo Escolar de 2022 no município de Florianópolis é de 24.842 estudantes.
100	SME	Número de estudantes matriculados no ensino médio (16 a 18 anos)				90,90%	ND	ND	74 % (16.139)	Censo escolar 2018 - Ensino Médio. Não possui dados sobre a população completa dessa faixa etária. - 16.657 alunos (inst púb e priv)	16.999 (instituições públicas e privadas)	17.214 (instituições públicas e privadas)	18.293 (instituições públicas e privadas)	18.038 (instituições públicas e privadas)

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
101	SME	Número de crianças com necessidades especiais matriculadas na Educação Básica (4 a 17 anos)	sem valor de referência								841 (rede municipal)	905 (rede municipal)	total de estudantes com deficiência na Educação Básica é de 952 estudantes. Em outras instituições públicas e privadas o total é de 1.450 estudantes com deficiência. O total de estudantes com deficiência que foram declarados no Censo Escolar de 2021 no município de Florianópolis é de 2.402 estudantes.	2.644 (Senso escolar 2022)
102	SME	Percentual das escolas que cumprem a Lei de Acessibilidade	> 95%	95% - 90%	< 90%						Não é levantado pelo município.	91% ou seja, 106 unidades educativas da rede municipal possuem dependências acessíveis	98%	74%
103	SME	Vagas em universidades por 100 mil habitantes: vagas em graduação - População projetada pelo IBGE (Fonte: SESU-MEC - superior)	> 5.000	2.500-5.000	< 2.500	2.722	ND	ND	1.154 (Este indicador reflete universidade e públicas, não sendo consideradas as privadas)	Não é levantado pelo município.	Não é levantado pelo município.	ND	ND	ND
104	SSP	Quantidade de homicídios por 100 mil habitantes - população projetada pelo IBGE	< 10	10-25	> 25	11,25	10,87	16,56	41,21	30,6	12,2	13,00	8,50	7,14
105	SSP	Quantidade de latrocínios por 100.000 habitantes - população projetada pelo IBGE	<5	5-10	>10						0,0	0,20	0,00	0,35

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
106	SSP	Quantidade de feminicídios por 100.000 habitantes mulheres - população projetada pelo IBGE	<5	5-10	>10						Nº de vítimas: 0,80	0,77	0,52	
107	SSP	Porcentagem de violência doméstica em mulheres ou homens por 100.000 habitantes - população projetada pelo IBGE	< 6%	6%-9%	> 9%	ND	ND	ND	ND	0,6 % (827 eventos pela população total da faixa de 126.204 - estimativa IBGE 2018)	Nº de ocorrências de lesão corporal dolosa em situação de violência doméstica. Víctimas do sexo masculino: 154; Víctimas do sexo feminino: 1.081 = 247 por 100 mil hab Lesão corporal dolosa: - M= 152 total - 30/100 mil hab - F= 955 total - 191/100 mil hab Total: 0,02%	nº de ocorrências 997	811,04	
108	SSP	Roubos por 100 mil habitantes - população projetada pelo IBGE	< 300	300-1.000	> 1.000	460	700	696	584	370,8	324,2	total: 1.186 = 237,2 por 100 mil hab.	215,9	140,4
109	SSP	Furtos por 100 mil habitantes - população projetada pelo IBGE	< 3.000	3.000-5.000	> 5.000	2.914	2.712	2.872	3.210	2.301,9	2326,3	total: 9.162 - 1.832,4 por 100 mil hab	1.765,6	2.230
110	SSP	Furtos de veículos por 100 mil habitantes - população projetada pelo IBGE	<100	100-150	>150						92,0	total: 385 - 77 por 100 mil hab	71,10	63,56
111	SSP	Roubos de veículos por 100 mil habitantes - população projetada pelo IBGE	<50	50-75	>75						40,5	total: 124 - 24,8 por 100 mil hab	22,30	16,02
112	SSP	Porcentagem do total de prisões por ano enquadradas como tráfico de drogas	sem valor de referência								Esta Gerência não tem essa informação	ND (não é possível separar as prisões por tipo de crime)	ND	ND

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
113	SSP	Quantidade de CONSEGS ativos	sem valor de referência			13	12	14	6	8	Esta Gerência não tem essa informação	8 CONSEGS ativos	ND	8 ATIVOS: 1 CONSEG Centro 2 CONSEG Portal do Sul da Ilha 3 CONSEG Barra da Lagoa 4 CONSEG Canasvieiras 5 CONSEG Ingleses e Rio Vermelho 6 CONSEG Jurerê, Forte e Daniela 7 CONSEG Coqueiros 8 CONSEG Balneário do Estreito (Fonte Rodrigo Marques Presidente CONSEG Centro)
114	SSP	Porcentagem dos bairros atendidos por CONSEG's (considerando 48 bairros)	acima de 90%	de 60 a 89,99%	abaixo de 60%						Esta Gerência não tem essa informação	41%	ND	ND
115	SSP	Quantidade de pessoas envolvidas nas reuniões ou atividades dos CONSEG's	sem valor de referência								Esta Gerência não tem essa informação	Em razão do distanciamento social, as ações presenciais restaram severamente impactadas, de modo a prejudicar a aferição precisa desses dados.	ND	ND
116	SMS	Taxa Geral de mortalidade por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								491	568,96	689,4	609,8
117	SMS	Taxa Geral de mortalidade de homens por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								534,2	629,64	758	678,3

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
118	SMS	Taxa Geral de mortalidade de mulheres por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								450,6	512,57	625,8	545,9
119	SMS	Taxa de mortalidade infantil por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	< 20	20 -30	> 30	10,6	7,7	7,4	10,3	8,3	5,4	9,2	6,1	7,7
120	SMS	Taxa de mortalidade Precoce (Anos potenciais de vida perdido - APVP) por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								4.263,7	5.083,90	5.206,1	4.764,9
121	SMS	Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								142,5	142,88	57,5	163
122	SMS	Taxa de mortalidade por neoplasias por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								134,3	140,13	76,1	154,9
123	SMS	Taxa de mortalidade por causas externas (acidentes, crimes, etc.) por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								43,3	49,92	38,1	57,1
124	SMS	Taxa de internação de adultos por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								107.490,0	3.299,6	4.678	4.603,7 (consideradas as pessoas de 20 anos ou mais)
125	SMS	Taxa de internação de crianças por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								77.065,3	362,59	2.764	4.034,9 (consideradas as pessoas de até 19 anos)
126	SMS	Taxa de internação por causas externas (acidentes, crimes, etc.) por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								612,2	795,27	524	481,7

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
127	SMS	Taxa de internação por doenças cardiovasculares por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								9.114,5	375,19	479	405,4
128	SMS	Taxa de internação por neoplasias por 100.000 habitantes (População projetada IBGE)	sem valor de referência								10.901,0	413,58	451	455,9
129	SMS	Prevalência de Diabetes Millitus: Percentual da população atendida nos hospitais e postos de Saúde pública que tem diabetes - População projetada pelo IBGE	sem valor de referência			Não levantado	Não levantado	6,70%	ND	6,5 (IC95% 5,4 - 7,7)	ND	6,10%	6,60%	6,60%
130	SMS	Prevalência de obesidade: Percentual de indivíduos, com Índice de Massa Corporal (IMC) maior ou igual a 25 (População projetada pelo IBGE)	sem valor de referência			14%	14,50%	ND	ND	17,4 (IC95% 15,2 - 19,5)	ND	17,80%	56,90%	20,20%
131	SMS	Prevalência de Hipertensão: Percentual de pessoas com diagnóstico de hipertensão (População projetada pelo IBGE)	Abaixo de 5,7%	5,7% a 7,14%	Acima de 10%	Não levantado	Não levantado	22,20%	ND	20,8 (IC95% 18,7 - 22,9)	ND	21,60%	23,30%	23,30%
132	SMS	Quantidade de médicos por 100 mil habitantes (População projetada pelo IBGE)	> 200	75 - 200	< 75	783	ND	ND	1.046	540,4	603,6	671,25	ND	1029
133	SMS	Quantidade de leitos de hospital por 100 mil habitantes, em hospitais públicos e privados	> 100	50 - 100	< 50	430	ND	ND	362	313,6	318,4	401	624	391
134	SMS	Quantidade de leitos de UTI em hospitais públicos e privados	sem valor de referência								ND	1.632	289	213
135	SMS	Total de gasto do município com saúde pública por 100.000 habitantes	Sem valor de referência								R\$ 74.211.129,13	R\$ 32.158.000,00	R\$ 89.330.000,00	R\$ 100.025.000,00

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
136	SMS	Total do valor recebidos do Estado e do Governo Federal, destinados à saúde no município por 100.000 habitantes	Sem valor de referência								R\$ 22.351.026,62	R\$ 43.730.000,00	R\$ 28.907.188,00	R\$ 23.538.815,46
137	SMS	Cobertura de saúde da família: Média/mês de residências atendidas na modalidade de saúde da família	Sem valor de referência								ND	99.174	78%	100%
138	SMS	Média/mês de pessoas atendidas nas UPAS e nos Postos de Saúde.	Sem valor de referência								27.401	57.133	33.9636	117.927 pessoas/mês
139	ACM	Quantas vidas asseguradas em plano de saúde privada?	Sem valor de referência								179.209 (SMS)	187.504 total (tirando filantropia e Autogestão: 153.661)	Planos de saúde : 170.152 População de: 500.973 habitantes	209.105
140	SMS	Cobertura de vacinas	sem valor de referência			75,22 %	84,23 %	53,83 %	79,9 %	41,5 %	ND	- < 1 ano - Pentavalente - 3ªs doses - 45,7% - < 1 ano - Pneumocócica Conjugada 10v (PnC10v) - 2ªs doses - 54,8% - < 1 ano - Vacina contra Poliomielite - 3ªs doses - 48,2% - 1 ano - Tríplice Viral - 1ªs doses - 51,4%	- < 1 ano - Pentavalente - 3ª dose - 73,10% - < 1 ano - Penumo 10 - 2ª dose - 76,40% - < 1 ano - VIP - 3ª dose - 72,30% - 1 ano VTV 1ª dose - 82,50%	Febre amarela 69% Varicela 74% Meningo C 75% Rotavírus 81% Poliomielite 82% Pentavalente 82% Hepatite A 86% VTV 91% Penumo 10 93% BCG 113% (Em crianças de até 01 ano)
141	SME	Porcentagem da população ativa (População projetada pelo IBGE) com nível superior completos (Fonte: IBGE PNAD continua)	> 20%	15 - 20%	< 15%	24,18% (2010)	ND	28%	36,36%	42%	ND	ND	ND	ND
142	SMF	Investimento em cultura per capita: por habitante (população projetada IBGE)	> R\$ 26,83	R\$ 17,88 a R\$ 26,82	< R\$ 17,87	R\$28,80	R\$35,57	ND	R\$ 16,53	R\$ 20,75	R\$ 29,59	R\$ 2,32	4,01 %	R\$26,24

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			> R\$ 2,47	R\$ 1,77 a R\$ 2,47	< R\$ 1,76									
143	SMF	Investimento em cultura sobre receita corrente líquida: total da receita líquida investida em cultura, no ano.			3,31	1,19	ND	R\$ 0,01	R\$ 0,62	R\$ 0,69	0,58%	0,60%	0,54%	
144	SMTTDE	Percentual de exportações de bens e serviços em relação ao PIB projetado IBGE do município (Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio - Exportações no SISCOMEX - Ministério da Economia e PIB do IBGE)	sem valor de referência								2019 - Valor FOB (US\$) Florianópolis - SC \$33.980.716	2020 - Valor FOB (US\$) Florianópolis - SC \$26.406.990	2021 - Valor FOB (US\$) Florianópolis - SC \$40.839.598	(US\$)46.283.170
145	SMTTDE	Incremento anual da quantidade de empresas - Percentual de novas empresas abertas no ano (inclui todos os tamanhos de empresas)	sem valor de referência								Aprox. 20%	27%	24% 2020 = 97811 empresas - novas em 2021 = 23786 - fonte: Mapa de Empresas/ME	22% Fonte: mapa de empresas, ano base 2022 (novas empresas/empresas ativas)
146	SMF	Percentual de variação do faturamento, em relação ao ano anterior, das empresas de tecnologia	sem valor de referência								18,46	113,87%	ND	34,22%
147	SMF	Percentual de participação da receita de impostos cobrados do setor de tecnologia em relação aos impostos totais	sem valor de referência								15,64	1,83%	ND	26,70%
148	SMF	Percentual de variação do faturamento, em relação ao ano anterior, das empresas de hotelaria e pousadas	sem valor de referência								-17,99	59,18%	ND	70,71%
149	SMF	Percentual de participação da receita de impostos cobrados do setor de saúde privada em relação aos impostos totais	sem valor de referência								1,9	1,03%	ND	15,90%
150	SMF	Percentual de variação do faturamento, em relação ao ano anterior, das empresas de saúde privada	sem valor de referência								739,01	109,31%	ND	21,16%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
151	SMF	Percentual de participação da receita de impostos cobrados do segmento de hotelaria e pousada em relação aos impostos totais	sem valor de referência						2,19	2,50%	ND	4,68%
152	SEF	Percentual de variação do faturamento, em relação ao ano anterior, das empresas de bares e restaurantes	sem valor de referência						13,6%	-16,5%	45,3%	36,30%
153	SEF	Percentual de participação da receita de impostos do segmento de bares e restaurantes em relação aos impostos totais	sem valor de referência						0,62%	0,46%	0,63%	0,80%
154	SMF	Percentual de variação do faturamento, em relação ao ano anterior, das empresas MEI	sem valor de referência						114,1	99,80%	ND	16,70%
155	SMTTDE	Percentual de Crescimento de pessoas empregadas no segmento de tecnologia (Fonte: ACATE)	sem valor de referência						4,10%	ND	12,22% (RAIS)	22,15% Acate, com base em Rais (ano base 2021) e CAGED (ano base 2022)
156	SMTTDE	Percentual de Crescimento de pessoas empregadas no segmento de Hotelaria (Fonte: SHRBS)	sem valor de referência						ND	ND	ND	ND
157	SMTTDE	Percentual de ocupação dos leitos de hotelaria e pousada (Fonte SHRBS)	sem valor de referência						57,80%	30,80%	45,70%	69,10%
158	SMTTDE	Percentual de Crescimento de pessoas empregadas no segmento de bares e restaurantes (Fonte: SHRBS)	sem valor de referência						3%	ND	ND	ND
159	SMF	Qual a porcentagem do orçamento que a Sociedade Civil participa na sua definição	sem valor de referência						12,47	5% da arrecadação do IPTU	5% da arrecadação IPTU	5% do valor arrecadado do IPTU do último exercício fechado

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			acima de 9 sessões	6 a 9 sessões	abaixo de 6 sessões									
160	SMF	Quantidade de sessões públicas de prestação de contas por ano				3	3	3	3	3	3	3	3	3 audiências de prestação de contas à cada quadrimestre conforme determina a LRF
161	SMF	Porcentagem do gasto com pessoal (ativos, comissionados, terceirizados) em relação ao gasto total	sem valor de referência								52,94%	42,89%	39,00%	36,40%
162	SMA	Percentual mensal de horas falta sem atestado, em relação ao total de horas contratadas	sem valor de referência								0,41%	0,35%	0,50%	0,43%
163	SMA	Percentual mensal de horas falta com atestado, em relação ao total de horas contratadas	sem valor de referência								9,65%	7,05%	8,71%	8,32%
164	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipal feitas por meio de pregão eletrônico	sem valor de referência								28,47%	54,34%	49,16%	47,75%
165	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipais feitas por meio de pregão presencial	sem valor de referência								13,30%	1,62%	14,85%	4,55%
166	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipais feitas por meio de tomada de preços	sem valor de referência								17,65%	7,68%	1,73%	3,26%
167	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública por inexigibilidade, por contratação direta	sem valor de referência								4,12%	2,27%	3,94%	7,17%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
168	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipais em que são dispensadas licitações com base em lei específica	sem valor de referência								11,51%	9,83%	16,67%	12,31%
169	SMA	Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipal feitas por meio de concorrência pública	sem valor de referência								24,16%	18,28%	9,50%	24,13%
170	SMF	Índice de transparência: Consultar transparência internacional Brasil	> 6	3,0 - 6,0	< 3	6,91 (resultado para SC, não Florianópolis)	Nota 8,75	Nota 2,08	ND	6,87	106	ótimo	ND	97,40%
171	SMF	Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas pelo Tribunal de Contas	Percentual de contas auditadas superior a 50%	30% - 50%	< 30%	100%	100%	100%	100%	menor que 30%	100%	100%	100%	100%
172	SMF	Receita própria: percentual da receita do governo municipal proveniente de tributos (tarifas, encargos e impostos) permitidos pela lei em relação à receita total.	Comparar com as metas da PMF			54,30%	66,31%	64,79%	56,72%	67,46%	46,6	60%	48%	55,51%
173	SMF	Percentual das transferências totais recebidas de outros níveis de governo em relação a receita total.	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			42,9% (2012)	37,04%	36,40%	24,46%	32,80%	22,94	27,64%	32,47%	34,49%
174	SMF	Percentual das transferências recebidas destinadas a usos específicos (pré-definidos) em relação ao total da transferências totais	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			0,5% (2013)	19,25%	26,64%	29,10%	50,99%	49,09	12,59%	16,56%	50,97%
175	SMF	Percentual das receitas de fontes externas ao governo municipal (excluindo-se receita própria e transferências) em relação a receita total	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			ND	33,69%	35,20%	43,28%	32,54%	20,3	20,45%	18,92%	10,01%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
			≥ 80%	> 61% e < 80%	≤ 61%									
176	SMF	Percentual das receitas próprias acrescidas as transferências sem fim definido em relação a receita total	≥ 80%	> 61% e < 80%	≤ 61%	Não levantado	Não levantado	ND	ND	84,8	64,7	60,19%	64,53%	72,42%
177	SMF	Percentual da variação anual da cota parte do ICMS	Acima do IPCA	Igual ao IPCA	Abaixo do IPCA						10,68%	0,47%	17,86%	7,63%
178	SMF	Porcentagem de variação anual da arrecadação do ISS	Acima do IPCA	Igual ao IPCA	Abaixo do IPCA						12,70%	-6,00%	26,50%	30,70%
179	SMF	Porcentagem de variação anual da arrecadação do IPTU	Acima do IPCA	Igual ao IPCA	Abaixo do IPCA						6,10%	1,31%	9,27%	12,23%
180	SMF	Percentual da variação anual da arrecadação do ITBI	Acima do IPCA	Igual ao IPCA	Abaixo do IPCA						13,01%	11,08%	57,49%	-8,83%
181	SMF	Porcentagem de variação da dívida ativa em relação ao ano anterior	< 0	0 - IPCA	> IPCA						-0,06%	18,09%	8,48%	54,78%
182	SMF	Porcentagem de inadimplência do IPTU	sem valor de referência								38,47%	29,63%	15,10%	19,77%
183	SMF	Recuperação do custo global direto e indireto da prestação de serviços das autarquias municipais: porcentagem do custo global direto e indireto da Comcap recuperado por meio da taxa de lixo	≥ 90%	> 50% e < 90%	≤ 50%	27,80%	16,03%	14,76%	ND	ND	39,95%	0,47%	56,84%	82,21%
184	SMF	Percentual das metas financeiras anuais de gestão que foram atingidas conforme as metas estipuladas	superiores a 90%	entre 50% e 89,9 %	abaixo de 50%						ND	98%	104%	99%
185	SMF	Porcentagem dos gastos correntes em relação aos gastos totais	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			86,6% (2010)	105,73%	103,70%	90,48%	87,60%	24,47	83%	82%	83%
186	SMF	Despesas de capital como porcentagem do total de gastos: Percentual de investimentos em ativo fixo (despesas de capital) em relação aos gastos totais	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			13,4% (2010)	10,51%	10%	9,53%	12,39%	12,63%	16,27%	10,00%	6,82%
187	SMF	Taxa média de crescimento anual do gasto corrente: percentual de variação no ano dos gastos correntes	Comparado com diferentes cidades - sem padrão - fazer parâmetro em SC			6,10%	6,06%	5,99%	9,97%	8,89%	0,10%	5,33%	15,20%	25,85%

NOVA ORDEM	ÓRGÃO RESP.	INDICADOR	FAIXAS PARA SEMAFORIZAÇÃO			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
188	SMF	Despesa de pessoal/Receita corrente líquida: percentual da despesas totais (salário + engargos + vales transporte e alimentação + plano de saúde) e de pessoal em relação a receita corrente líquida	< 51,3%	51,3% a 54%	> 54%	53,90%	56,85%	57,19%	51,77%	52,55%	48,51%	48,68%	45,61%	45,42%
189	SMF	Porcentagem das despesas com contratação de pessoal terceirizado (terceiros PJ + PF + locação de mão de obra) em relação a receita total líquida.	sem valor de referência								4,65%	3,33%	4,22%	3,44%
190	SMF	Crescimento do serviço da dívida: percentual dos juros da dívida em relação a receita própria	< 5%	5% - 10%	> 10%	7,9% (2013)	4,71%	6,89%	11,78%	1,44%	0,67%	0,72%	11,00%	101,28%
191	SMF	Crescimento da dívida: percentual de crescimento da dívida	A taxa de crescimento real anual é negativa	A taxa de crescimento real anual está entre 0% e 2%	A taxa de crescimento real anual é superior a 2%	11,80%	4,38%	4,35%	21,48	0,93%	-0,04%	-12,00%	-2,04%	64,54%
192	SMF	Dívida consolidada líquida/Receita corrente líquida: Percentual da dívida consolidada líquida em relação a receita corrente líquida	< 50%	50% a 60%	> 60%	33,90%	4,72%	6,89%	6,03%	49,75%	43,61%	36,26%	31,82%	45,27%
193	SMF	Operação de Crédito/Receita Corrente Líquida: percentual do valor das operações de crédito contratadas no ano em relação a receita corrente líquida	Menor 10%	Entre 10 e 16%	Acima 16%	2,45%	0,39%	0,36%	2,55%	1,36%	6,22	6,50%	4,00%	10,12%

7. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES :

Tomando por base os valores levantados em 2023 e sua série histórica para cada indicador, seguem abaixo as considerações e recomendações referentes aos itens que mais necessitam de atenção e providências. Deixamos de registrar comentários sobre a maioria dos itens em “verde” por já terem alcançado níveis satisfatórios.

7.1 Dimensão Ambiental

7.1.1. Tema: Água - 06 indicadores

a) O indicador de Consumo de Água Per Capita por Dia é uma métrica essencial para avaliar o uso sustentável dos recursos hídricos em uma determinada região. Nos últimos três anos, observamos que esse indicador apresentou uma média de 169,53 l/pessoa/dia, sendo: 172,9 litros em 2020, 163,1 litros 2021 e 172,6 litros por pessoa por dia em 2022. Para fazer uma análise mais completa, é importante comparar esses números com um valor de referência global, como o indicado pela ONU. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o consumo médio diário ideal de água per capita deve ser em torno de 110 litros por pessoa por dia para atender às necessidades básicas de consumo humano e higiene. Com base nesse valor de referência, podemos observar que nos três anos destacados aqui, o consumo de água por pessoa em nossa cidade tem sido significativamente acima do recomendado. Isso pode indicar um uso excessivo de água ou a

necessidade de implementar medidas de conservação e gestão mais eficientes dos recursos hídricos. É importante destacar que o excessivo consumo de água per capita não apenas pressiona os recursos hídricos, mas também pode aumentar os custos de tratamento e distribuição de água, o que pode afetar os sistemas de abastecimento e a sustentabilidade ambiental. Portanto, considerando o valor de referência da ONU, seria relevante que Florianópolis explorasse maneiras de reduzir o consumo de água per capita por meio de práticas de conservação e conscientização da população sobre o uso responsável da água.

- b) É muito bom ver que o indicador de Qualidade da Água mostrou um percentual tão alto de conformidade em 2022, atingindo 97,20%. No entanto, a preocupação estratégica é a ausência de regulamentação para contaminantes por metais pesados e agrotóxicos, que não são avaliadas pelas normas nacionais. É importante que se continue monitorando e melhorando a qualidade da água, levando em consideração esses desafios adicionais para proteger a saúde pública e o meio ambiente.
- c) A alta porcentagem de água não contabilizada por problemas de vazamentos, falta de medidores, medidores quadrados ou ainda de ligações ilegais dos últimos 8 anos tem apresentado uma média histórica preocupante de 43,14%, e requer atenção. Apesar de no ano de 2022 termos uma condição um pouco melhor de 39,30%, ainda requer atenção, pois mantido esse cenário, não teremos água para

garantir o abastecimento sustentável, especialmente diante do crescimento da população. Destacamos ser de extrema importância conhecermos quais são as estratégias que a concessionária implementa ou planeja implementar para reduzir o desperdício de água tratada.

- d) É lamentável não termos recebido a informação do indicador “Número remanescente de anos de saldo hídrico positivo” nos últimos 4 anos. Esta métrica, que reflete a capacidade de uma região de manter um equilíbrio sustentável no ciclo da água, é de suma importância e relevância no planejamento e na tomada de decisões que afetam diretamente a vida das comunidades e o desenvolvimento de um território. O desconhecimento dos gestores públicos sobre essa métrica essencial é um reflexo do descuido com que muitos enfrentam questões ambientais e de sustentabilidade. O saldo hídrico positivo não se trata apenas de números em um relatório técnico, mas sim da garantia de acesso à água potável, da preservação dos ecossistemas aquáticos, da segurança alimentar, e até mesmo da estabilidade econômica em regiões dependentes da agricultura. A água é um recurso finito e essencial para a vida, e é responsabilidade de todos nós, em especial dos gestores públicos, garantir que ela seja gerenciada de forma responsável e eficaz para as gerações presentes e futuras.

É muito importante que, no que tange a gestão da água, tanto a Prefeitura de Florianópolis quanto a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento se dediquem de forma mais intensa ao tema, considerando os desafios globais de escassez de água e a importância desse recurso para a

qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da cidade. E para isso algumas ações são recomendadas:

- a) **Conscientização e Educação Ambiental:** Promover campanhas de conscientização para a população sobre o uso responsável da água, incentivando práticas de economia e conservação.
- b) **Monitoramento e Controle de Perdas:** Investir em tecnologias de monitoramento para identificar e reduzir perdas na distribuição de água, como vazamentos em redes e instalações.
- c) **Políticas de Reuso de Água:** Desenvolver políticas públicas que incentivem o reuso de água em diferentes setores, como a reutilização de água pluvial e o tratamento de água residual.
- d) **Gestão Integrada de Recursos Hídricos:** Trabalhar em conjunto com órgãos estaduais e federais para uma gestão integrada das bacias hidrográficas que abastecem a região, promovendo a preservação dos recursos hídricos.
- e) **Avaliar a possibilidade de se acompanhar a qualidade da água potável fornecida pelo sistema, quanto às questões de contaminantes por metais pesados.**

7.1.2. Tema: Saneamento e Drenagem – 03 indicadores

- a) O baixo aumento nas ligações de moradias ao sistema de esgotamento sanitário em Florianópolis é uma preocupação evidente. Embora tenha ocorrido um pequeno aumento de 67,42% para 68,89% em 2021, a

queda para 68,39% em 2022 é um sinal de alerta. Isso pode ser atribuído ao desafio enfrentado pela cidade de acomodação de seu crescimento populacional sem um investimento proporcional no sistema de esgoto. É imprescindível que a cidade e suas autoridades reconheçam a importância de expandir e melhorar a infraestrutura de esgoto para garantir a qualidade de vida dos moradores e a preservação ambiental. Ações concretas e investimentos direcionados são necessários para reverter essa tendência e garantir um sistema de esgoto adequado para todos os cidadãos de Florianópolis.

- b) O indicador de tratamento de águas residuais ou efluentes mostra uma trajetória interessante nos últimos anos. É positivo notar que houve um aumento considerável de 55,56% para 65,07% em 2021, do tratamento em conformidade com as normas nacionais. No entanto, é importante destacar que em 2022 houve uma queda de nível, com o indicador recuando para 62,69%. Embora esse declínio possa ser visto como uma reversão temporária, é fundamental avaliar as possíveis razões para diminuir esse declínio e tomar medidas adequadas para garantir a sustentabilidade e a melhoria contínua na gestão de águas residuais. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura, atualizações tecnológicas ou ajustes nas políticas de tratamento. Uma análise cuidadosa desse indicador ao longo do tempo pode oferecer insights valiosos para a tomada de decisões e para garantir que os esforços de tratamento de efluentes sigam uma trajetória ascendente consistente a longo prazo.

- c) O aumento constante na porcentagem anual de moradias afetadas por inundações intensas, seja devido a transbordamentos de sistemas de drenagem e esgoto ou inundações causadas por rios e marés, é uma tendência preocupante. Esse aumento progressivo, passando de 7% em 2020, para 9% em 2021 e finalmente atingindo 11% em 2022, sugere claramente a presença de um problema subjacente que requer uma investigação aprofundada. Uma das causas prováveis é a manutenção deficiente dos equipamentos dos sistemas de drenagem, o que é particularmente alarmante, principalmente quando se trata da elevação das marés. Isso destaca a importância de investir em infraestrutura adequada e medidas de prevenção para mitigar os efeitos dessas inundações. Além disso, é crucial promover a conscientização pública sobre medidas de segurança e planejamento urbano que possam reduzir os impactos desses eventos extremos. A gestão sustentável dos recursos hídricos e o fortalecimento da infraestrutura de transição são fundamentais para combater esse problema crescente e proteger as comunidades vulneráveis das inundações. A análise constante dos dados e a tomada de medidas corretivas são essenciais para reverter essa tendência negativa e garantir a segurança das áreas afetadas.
- d) Entendemos que o investimento neste segmento, Saneamento e Drenagem, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também uma estratégia inteligente para o crescimento sustentável de Florianópolis, garantindo que a cidade continue a atrair visitantes e proporcione uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

e) Constatamos inclusive que o tema saneamento vem se constituindo em um movimento social com muita força, seja com manifestações pessoais, profissionais ou institucionais, com questionamentos sobre a concessão à Casan em função da sua gestão desse importante elemento de saúde pública e qualidade de vida urbana. O saneamento está estampado hoje como um tema, um problema a solucionar, um encaminhamento a se fazer com urgência. Certamente vão acontecer melhorias, seja nas posições, na gestão, quem sabe no funcionamento concreto desse assunto tão esperado para Florianópolis.

7.1.3 Tema: Gestão de Resíduos Sólidos – 08 indicadores

a) De acordo com o Banco Mundial, a média global de produção de resíduos sólidos urbanos é de aproximadamente 0,74 kg por pessoa por dia. Isso significa uma média anual de cerca de 270 kg por pessoa. Esses números podem variar dependendo do país e do contexto específico. No caso de Florianópolis, foi informado 1,09 kg/dia por habitante, o que dá uma média anual de 397,85 kg por pessoa. É importante ressaltar que a redução da produção de resíduos e a adoção de práticas de consumo são objetivos importantes para lidar com os desafios ambientais relacionados aos resíduos. A conscientização sobre a reciclagem, a reutilização de materiais e a redução do desperdício são estratégias cruciais para reduzir a quantidade de resíduos produzidos por pessoa.

b) É evidente que a redução na Porcentagem Anual de Resíduos Sólidos Municipais descartados em aterros sanitários nos últimos anos é um passo na direção certa em termos de gestão de resíduos. No entanto, os números de 2021 (93,27%) e 2022 (88,82%) ainda indicam uma situação preocupante, com uma distância significativa do patamar considerado adequado, que é de menos de 35%. É crucial reconhecer que a gestão adequada de resíduos é essencial para a saúde pública, o meio ambiente e a sustentabilidade a longo prazo. Portanto, é importante continuar a buscar soluções e estratégias para reduzir ainda mais a quantidade de resíduos destinados para os aterros sanitários. Isso pode envolver a implementação de programas de reciclagem, a conscientização da população e a promoção de práticas de redução de resíduos desde a fonte. A melhoria nesse indicador não apenas contribuirá para um ambiente mais limpo e saudável, mas também poderá economizar recursos valiosos e reduzir os impactos negativos das atividades humanas no planeta. É um desafio importante, mas também uma oportunidade para promover a responsabilidade ambiental e a qualidade de vida das comunidades locais. O percentual de resíduos compostados teve um incremento interessante passando de 0,91%, (2021) para 3,58%(2022) mesmo assim, ainda muito longe do que pode ser considerado satisfatório (20%).

c) Tivemos uma significativa elevação do percentual de resíduos sólidos separados e classificados para reciclagem, passando de 3,76% em

2021 para 7,60% em 2022, mas ainda muito distante das metas preconizadas para o desenvolvimento sustentável. Considera-se importante, ainda, a divulgação dos resultados das parcerias da PMF com entidades de reciclados locais.

- d) Chama atenção que em um cenário de custos de energia em constante alta e preocupações ambientais crescentes relacionadas ao uso de materiais relacionados ao meio ambiente, a Prefeitura de Florianópolis ainda não tenha adotado uma iniciativa de aproveitamento de resíduos sólidos como fonte de energia. Esta abordagem não apenas ajudaria a reduzir os custos de energia para a cidade, mas também contribuiria para a redução da poluição e do impacto ambiental negativo. Seria um passo importante na direção de uma administração municipal mais sustentável e eficiente, beneficiando tanto os cidadãos quanto o meio ambiente. É interessante que as autoridades considerem seriamente essa oportunidade e implementem medidas para aproveitar os resíduos sólidos como um recurso energético, numa solução municipal ou consorciada.
- e) Uma capital que se pretende Lixo Zero em 2030 não poderia admitir que a menos de sete anos desta meta, somente 3,58% dos resíduos sólidos orgânicos estejam sendo coletados de forma diferenciada e que apenas 7,60% dos resíduos sejam destinados para reciclagem. A crise climática que estamos enfrentando, os alertas dados pela própria natureza e a possibilidade de um melhor aproveitamento desta fração

dos resíduos sólidos urbanos, deveriam induzir a administração à introdução de uma política séria para seu aproveitamento, já que as tecnologias estão, há décadas, disponíveis. Pensar na frota do transporte público de passageiros movida a gás ou a por energia elétrica, ou na redução dos custos de energia dos postos de saúde e escolas municipais, ou mesmo da rede de iluminação pública, seriam alternativas viáveis e possíveis. Há um longo caminho a ser percorrido para a passagem de 7,60% para 80% de recicláveis, o que exigirá da administração esforço, planejamento e aplicação de recursos. É fundamental que as autoridades considerem seriamente essas oportunidades.

7.1.4 Tema: Energia – 08 indicadores

- a) A quantidade anual de horas de interrupções elétricas no ano por cliente aumentou de uma média de 4,5 no ano de 2020 para 7,2 em 2021, passando para 8,67 em 2022, levando este indicador para uma posição intermediária (amarelo) e se aproximando cada vez mais da condição considerada indesejada, a partir de 10h (vermelho).
- b) É notável o avanço na aplicação da tecnologia LED na iluminação pública nos últimos anos, com um aumento significativo de 13,2% em 2019 para 17,50% em 2021. No entanto, a manutenção desse mesmo percentual em 2022 indica que há um desafio contínuo a ser enfrentado para atingir a meta desejada de 50%. É crucial considerar a

importância da iluminação LED em termos de eficiência energética, sustentabilidade e economia a longo prazo. Portanto, é um indicador que deve permanecer no foco das políticas públicas e esforços de melhoria da infraestrutura urbana.

- c) É encorajador observar que a porcentagem de energia renovável sobre o total de energia gerada está mostrando uma tendência de crescimento nos últimos três anos. O aumento de 0,63% em 2020 para 1,08% em 2021 e, finalmente, 1,95% em 2022 reflete um progresso na direção a uma matriz energética mais sustentável. No entanto, é importante considerar que, apesar desse aumento, ainda estamos muito distantes da meta amplamente considerada como adequada e evoluindo numa velocidade infinitamente menor do que o esperado, que é atingir 50% de energia proveniente de fontes renováveis. Para alcançar um futuro mais sustentável e enfrentar os desafios das mudanças climáticas, é fundamental continuar investindo em energias limpas e renováveis, bem como implementar políticas e tecnologias que acelerem essa transição. Este é um lembrete de que temos um longo caminho a percorrer, mas também é um sinal de que estamos tomando medidas na direção certa.

7.1.5 Tema: Qualidade do Ar – 02 indicadores

Chama atenção que a Floram não realiza o acompanhamento dos dados relacionados à qualidade do ar e aos gases de efeito estufa em Florianópolis

desde o início do RAPI em 2014. Essas informações são cruciais para entender e abordar questões ambientais cruciais para a saúde pública e o meio ambiente. Recomendamos a colaboração com universidades e institutos de pesquisa, pois pode ajudar a preencher essa lacuna de conhecimento e fornecer dados confiáveis para reforçar políticas e ações ambientais sustentáveis na cidade. É fundamental que essas informações sejam coletadas e monitoradas para promover um futuro mais saudável e sustentável para Florianópolis e seus habitantes.

7.1.6 Tema: Mitigação das mudanças climáticas – 02 indicadores

Da mesma forma chama atenção a ausência de monitoramento das emissões de gases causadores do efeito estufa, especialmente considerando a crescente relevância da questão das mudanças climáticas em nossa cidade. Dada a urgência de mitigar os impactos do aquecimento global e cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável, o acompanhamento das emissões é fundamental. Seu monitoramento não apenas permite uma avaliação precisa do impacto ambiental da cidade, mas também fornece dados essenciais para o desenvolvimento de estratégias de redução. Com as informações apresentadas, a Prefeitura poderia implementar medidas mais eficazes para limitar as emissões e promover um ambiente mais saudável e sustentável para os cidadãos de Florianópolis. Portanto, é crucial que se reconheça a importância desse monitoramento e tome medidas para incorporá-lo em políticas e ações,

contribuindo assim para um futuro mais verde e responsável em relação ao clima.

7.1.7 Tema: Ruído – 01 indicador

A ausência de monitoramento de pontos críticos pode prejudicar a capacidade da Prefeitura de tomar decisões informadas e implementar políticas públicas eficazes para mitigar os efeitos negativos do ruído na cidade. Portanto, é essencial reavaliar a importância de incluir esse indicador no rol de indicadores que devem ser monitorados. O monitoramento adequado do ruído não permite apenas a identificação de áreas problemáticas, mas também pode fornecer dados importantes para a formulação de estratégias de planejamento urbano, controle de tráfego e proteção da saúde pública. Portanto, é fundamental que a Prefeitura reconsidere a decisão de não monitorar a média anual de ruído e incluir como uma prioridade em sua lista de indicadores a serem acompanhados de perto.

7.1.8 Tema: Vulnerabilidade Frente aos Desastres Naturais no Contexto das Mudanças Climáticas – 05 indicadores

a) É realmente encorajador ver que nossa cidade está alcançando níveis satisfatórios em quatro indicadores neste tema. Esses resultados refletem o compromisso das autoridades locais e da população em

geral com a segurança e o bem-estar de todos os residentes. É um indicativo claro de que estamos nos preparando de forma eficaz para enfrentar possíveis desastres naturais e proteger nossos cidadãos. Continuamos a trabalhar juntos para manter e aprimorar esses padrões elevados de segurança em nossa cidade.

b) Já no que se refere ao Orçamento dedicado à "Mitigação de Riscos de Desastres Naturais", é registrado um pequeno aumento, de 0,076% em 2020, 0,100% em 2021 e 0,125% em 2022, entretanto este valor ainda está muito abaixo do esperado pois deveria ser superior a 0,5%.

7.2. Dimensão Urbana

Florianópolis (Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2014 - <https://issuu.com/ciudadesemergentesysostenibles/docs/florianopolissustentavel>; acessado em 20/10/2023) definiu como estratégia de ação a busca da garantia da sustentabilidade urbana, isto é, pensar permanentemente a relação entre o ambiente natural e o ambiente construído. Para tanto é necessário um planejamento estruturado de forma a atacar as vulnerabilidades, bem como preparar o Município para as mudanças, gerenciando a expansão da urbanização e evitando a expansão predatória sobre seus recursos ativos ambientais. Isso implica organizar o seu território, implementar mecanismos de integração de políticas públicas de criação de oportunidades de

desenvolvimento qualitativo de vida de sua população residente e visitantes temporários.

7.2.1 Tema: *Uso do Solo e Ordenamento Territorial – 11 indicadores*

- A) Os indicadores de crescimento da malha urbana e densidade populacional oferecem uma visão interessante da dinâmica urbana em nosso contexto atual. Em relação ao crescimento da malha urbana, observamos que tanto em 2021 quanto em 2022, o percentual de crescimento anual se manteve dentro do limite considerado satisfatório, que é de 3% ao ano. Em 2021, registramos um aumento de 1,86%, e em 2022, esse valor diminuiu ainda mais, para 0,84%. Essa tendência indica que, apesar de uma desaceleração no crescimento, a malha urbana ainda está expandindo-se dentro de limites saudáveis e sustentáveis. Isso é positivo, pois sugere que o desenvolvimento urbano está ocorrendo de maneira planejada e controlada, o que é essencial para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a preservação do meio ambiente.
- B) Por outro lado, o indicador de densidade populacional urbana mostra um aumento de 4.958,28 hab/km² em 2021 para 5.113,88 hab/km² em 2022. Esse aumento na densidade populacional pode ser interpretado de diversas maneiras. Por um lado, uma maior densidade pode indicar uma utilização mais eficiente do espaço urbano e uma maior

concentração de serviços e oportunidades. No entanto, também gera desafios relacionados ao planejamento urbano, como congestionamento, pressão sobre a infraestrutura e a necessidade de proporcionar serviços públicos de qualidade para uma população mais densa.

Em resumo, enquanto o crescimento da malha urbana está dentro de parâmetros saudáveis, a densidade populacional está aumentando, o que pode ter implicações tanto positivas quanto desafiadoras para o desenvolvimento urbano. É fundamental que as autoridades continuem monitorando de perto esses indicadores e adotem medidas adequadas para garantir um ambiente urbano de qualidade e sustentável para os cidadãos. O equilíbrio entre o crescimento urbano e a densidade populacional é essencial para o planejamento e gestão eficaz das cidades.

- C) O indicador de Crescimento Demográfico, que mede a porcentagem de crescimento da população com base no IBGE, é fundamental para entender as mudanças na composição da sociedade ao longo do tempo. Ao longo de nove anos de apuração desse indicador, a média de crescimento de 1,67% (vermelha quando acima de 1,50%/ano) demonstra uma tendência estável. No entanto, o ano de 2022 se destacou com um crescimento fora do comum, atingindo 4,01%. É importante considerar que eventos como o novo censo podem afetar significativamente esse indicador, pois influenciam diretamente na

contagem da população. Além disso, outros fatores podem ter contribuído para essa mudança abrupta, como migrações, taxas de natalidade e mortalidade, políticas públicas e até mesmo eventos extraordinários, como a pandemia de COVID-19, que poderiam ter impacto nas estimativas.

Portanto, é crucial analisar cuidadosamente todos esses fatores para compreender melhor as razões por trás desse aumento acentuado em 2022 e como ele pode afetar o planejamento e as políticas públicas para o futuro em relação ao crescimento populacional.

- D) Em 2022, a porcentagem de moradias de Florianópolis que não respeitam os padrões de habitabilidade definidos pelo país ficou em 2,16%, isso considerando o número absoluto apresentado de 6.163 moradias em relação ao número de moradias permanentes conforme Censo 2022 de 284.991, o que é considerado um resultado bom, dentro da faixa "verde" para semaforização, o que indica que a maioria das moradias de nossa cidade estão em conformidade com os padrões de habitabilidade.
- E) Entretanto, se analisarmos a citação: "Além das famílias que demandam uma nova moradia, o estudo indicou que outras 6.163 famílias (15%) entre as inscritas no CadÚnico (41.804) e analisadas não possuem moradia adequada e precisam de melhorias habitacionais e/ou provisão de infraestrutura urbana e serviços públicos, sendo enquadradas em situação de déficit qualitativo"; *extraída do Estudo Sobre o Déficit*

Habitacional de Florianópolis - Focado em Famílias de Baixa - Renda Relatório Final - Luis Felipe Bortolatto da Cunha - 1 de agosto de 2023), percebemos que é importante continuar monitorando e buscando formas de reduzir ainda mais essa porcentagem para garantir que todos tenham acesso a moradias seguras e saudáveis.

- F) O indicador de Déficit de Moradias Quantitativo para o ano de 2022 revela uma situação desafiadora em relação ao acesso à moradia adequada em Florianópolis. O déficit de 21.705 famílias representa uma parcela significativa da população que enfrenta dificuldades em encontrar moradias dignas. A constatação de que 52% do total de 41.804 famílias cadastradas no CadÚnico estão enquadradas nos critérios de déficit é um sinal de que muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam sérias dificuldades habitacionais na cidade. Isso pode ser um reflexo de diversas questões, como o crescimento populacional, a falta de investimentos em políticas habitacionais e o aumento dos preços dos imóveis. Além disso, o fato desse déficit corresponder a 7,62% do total de moradias permanentes em Florianópolis é preocupante. Isso significa que uma parcela específica da população não possui acesso a uma moradia adequada, o que pode impactar na qualidade de vida, saúde e bem-estar. Garantir moradia adequada é um direito humano fundamental, e ações direcionadas a reduzir o déficit de moradias quantitativo são essenciais

para melhorar a qualidade de vida da população e promover um ambiente urbano mais inclusivo e equitativo em Florianópolis.

- G) Florianópolis certamente está se defrontando com um sério problema de edificações irregulares, aliás nesse aspecto já se evidencia nos movimentos da governança municipal, entidades empresariais e imprensa voltando sua atenção e preocupação para esse cenário negativo. Se faz necessário, a seu tempo, definir ações mais objetivas. Os dados vêm revelando valores elevados de edificações irregulares em áreas ambientais, considerada situação desejável de menos 0,5%, mas constatando taxas de 9,28% em 2019, 10,65% em 2020 e 9,24% em 2021, por fim 9,69% em 2022, ilustrando nossa indesejável situação.
- H) Porém o Município definiu, como áreas naturais protegidas legalmente, mais de 50% em APP e acima de 25% em APL, verdadeiro capital natural. Boa parte dessas áreas já constituem Unidades de Conservação, porém somente 8% delas com o respectivo plano de manejo. O satisfatório seria acima de 95% das UCs com plano de manejo. Na questão do uso do solo é possível constatar outro problema de alta relevância, pois 36% das áreas parceladas apresentam irregularidades em 2019, passando para 39,81% em 2022, variando de 17% no distrito centro até 71% em porções de outras áreas distritais. O tema do uso do solo e o ordenamento territorial requerem reforço da

atuação com disponibilidade de dados para um adequado monitoramento específico e gestão dessa realidade.

O novo Plano Diretor aprovado na Câmara constitui um instrumento de gestão fundamental da questão urbana (<https://tinyurl.com/2p9aw3ne>; acessado em 20/10/2023).

7.2.2 Tema: Desigualdade Urbana – 06 indicadores

Esse tema tem uma importância significativa porque mede a qualidade do processo de urbanização.

- A) Florianópolis tinha uma população de 1,35% abaixo da linha de pobreza segundo o censo de 2010, e ainda estamos aguardando atualizar a informação com o novo censo de 2022. Mas, com base nos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgados em julho de 2022, 29,6% dos brasileiros possuem renda familiar inferior a R\$ 497 mensais. No ano de 2021, o estado com menor taxa de pobreza foi Santa Catarina, com uma taxa de 10,16%. No que diz respeito a Florianópolis, as informações disponíveis no link https://www.cps.fgv.br/cps/bd/BRASIL_GEO/Rank.pobreza/PNADC/PNADC_pobreza_estratos.htm, acessado em 19/10/2023, indicam que a taxa de pobreza na cidade é de 5,27%. Quanto ao coeficiente Gini que mede a concentração da renda registramos 0,54% em 2010 e 0,419%

segundo FIESC 2022, quando o coeficiente de 0,40% representaria uma situação satisfatória.

B) A remuneração média dos trabalhadores formais informada para o ano de 2022 está satisfatória, isto é, verde na semaforização atual, com o salário médio de R\$ 5.459,98 (RAIS 2021).

7. 2.3 Tema: Mobilidade e Transporte – 25 indicadores.

A mobilidade e o transporte em Florianópolis são assuntos com graves problemas e dificuldade de encaminhamentos, seja no dia a dia dos moradores ou por ocasião das temporadas: infraestrutura viária, pistas exclusivas, diversidades de modais, integração metropolitana, pontos de congestionamento sistemáticos, afunilamento das pontes, eficiência da integração dos núcleos urbano da Ilha, dimensionamento da frota de carros particulares, sistema de concessão do serviço público de transporte coletivo, inovação tecnológica aplicada ao setor, disponibilidade de dados, etc. De toda sorte a mobilidade e transporte centralizam a atenção e preocupação de todos. Parece notória a necessidade de um sistema de planejamento e gestão regional, planos de ação de integração modais, gestão dos congestionamentos, de áreas de ruídos, de logística de transporte de carga, de projeto do sistema de transporte marítimo, de projeto de eficiência do transporte coletivo.

Este tema está estruturado em 25 indicadores, sendo que 13 ainda necessitam da definição de critérios para sua semaforização, 3 indicadores não dispõem de

informações e apenas 9 permitem afirmar o estado satisfatório, de atenção ou insatisfatório do item em apreciação.

Convém destacar;

- a) É possível e necessário Florianópolis conhecer a quantidade de quilometragem de vias sem pavimentação, bem como a quantidade de calçadas e calçadões com ou sem calçamento. Isso ajuda a avaliar a experiência qualitativa da viagem, bem como a prioridade de atenção, carro e cidadão, só carro, ficando caracterizado que o pedestre estaria em segundo plano .
- b) O custo anual por passageiro usuário do sistema de transporte público, bem como a velocidade média do sistema, carecem ainda de informação sistemática, apesar da sua importância e condições de obtenção desses dados, mesmo que disponibilizados os custos anuais por passageiro sendo em 2019 R\$4,25 e em 2022 R\$5,27.
- c) O sistema de transporte público de Florianópolis não dispõe de veículos de transporte público urbano movidos a energia elétrica. É de responsabilidade da Prefeitura de Florianópolis induzir as empresas de ônibus a utilizarem veículos movidos a essa energia alternativa, realidade em muitas cidades atualmente.
- d) Destaca-se o fato de que a frota de veículos particulares cadastrados no Detran é 0,63 veículos/habitantes em 2021, mas já subiu para 0,72

veículos/habitantes em 2022 o que dificulta sobremaneira a mobilidade, pois o ideal preconizado é que seja inferior a 0,3 veículos/habitantes.

- e) A combinação da baixa velocidade do sistema de transporte público com o aumento da quantidade de veículos particulares circulando na cidade é um dos fatores que colaboraram para o agravamento da mobilidade, e exige que a criação de novos modais seja repensada.
- f) Constata-se o aumento significativo da quilometragem de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, alcançando 10,32% em relação ao total de vias da cidade em 2021 e 11,98% em 2022.
- g) A idade média da frota do transporte público não está satisfatória, persistindo idade crescente a 6 anos, nos últimos 3.
- h) Constata-se um leve declínio de vítimas mortais em acidentes de carro por 1.000 habitantes, 0,18 em 2015; 0,12 em 2018 e 0,11 em 2021 e 0,057 em 2022, admitindo-se valor abaixo de 0,1 como satisfatório.

7. 2.4 Tema: Ambiente de Negócios – 02 indicadores

- a) Os indicadores de tempo para abrir empresas são extremamente positivos pois criam um ambiente favorável para uma cidade mais competitiva. Florianópolis permite abrir uma empresa em questão de horas.

7. 2.5 Tema: Tecido Produtivo – 8 indicadores

- a) Há dois anos foram incluídos indicadores para monitorar a movimentação de pessoas e mercadorias através do aeroporto e da rodoviária, pois estes dados têm significativo impacto na mobilidade ou logística de cargas e movimentações de pessoas. Com a concessão do aeroporto em funcionamento pleno e da recente concessão da rodoviária Rita Maria, é imprescindível a obtenção dos dados desses indicadores pela PMF. Em 2023 o aeroporto já disponibilizou dados de cargas e movimentação de pessoas, permitindo análises e semaforização ao longo do tempo. A rodoviária ainda não conseguiu disponibilizar dados de movimentação de cargas e pessoas, muito importantes pela posição territorial e setorial de transportes.
- b) O valor do PIB per capita coloca a cidade numa posição intermediária (9º) em relação às principais cidades do estado. É um índice importante do rendimento per capita, evidenciando uma leve queda conforme IBGE: R\$43.847,00 (2019) e R\$41.886,00 (2020).
- c) O PIB Total teve uma queda de -2,97% enquanto o PIB per capita registrou queda no período (2020-2019), apresentando o valor de -4,46%, ambos semaforizados como vermelho.
O valor do PIB per capita e o crescimento do PIB permitem medir a produtividade do valor de mercado e da renda dos habitantes, caracterizando o crescimento da produção de bens e serviços da

economia e a capacidade dos habitantes de comprar bens e serviços que possam melhorar sua qualidade de vida.

7.2.6 Tema: Mercado Laboral – 03 indicadores

Estes indicadores tratam de emprego formal, informal e desemprego, sendo de grande influência para o desenvolvimento da cidade. A Taxa de desemprego apresentou um crescimento, chegando ao patamar de 10,30% trazendo um alerta para a situação em nossa cidade; assim como a porcentagem da população ocupada que apresentou o índice de 72% e Emprego informal de 28%.

7.2.7 Tema: Conectividade: 02 indicadores

Este tema trata do uso de internet fixa e móvel pela população. Os indicadores têm apresentado, historicamente, um índice satisfatório, semaforizado na cor verde, porém, no ano 2022, essas informações não foram disponibilizadas. O acesso à internet constitui hoje um fator diferencial no mercado de trabalho e qualificação de produtos.

7.2.8 Tema: Educação – 11 indicadores

A educação é sem dúvidas um tema essencial para monitoramento, haja visto sua interferência na vida das pessoas ou comunidade urbana.

A revisão dos dados e a forma de tratá-los acordada com a Secretaria Municipal de Educação, vem obrigando também a revisão da sistemática de semaforização. Por isso que nesse relatório não há a semaforização da maioria dos indicadores.

Mas cabe destacar o que segue:

- a) O analfabetismo de pessoas acima dos 15 anos de idade é admitido até 0,5% pelo sistema de monitoramento adotado, a partir daí a situação passará a ser considerada preocupante ou ruim. Em Florianópolis tivemos uma situação ruim, pelos dados, em 2014 com 2,1% (vermelho), melhorando em 2017 com 0,80%; 1,6% em 2018, 2019, 2020 (amarela), sem informação em 2021, e para 2022, novamente o índice de 1,6%, (ano base 2019). Informações essas que nos causam estranheza pois repetem-se o mesmo índice desde 2018.
- b) A quantidade de alunos por professor manteve-se sempre na faixa amarela, isto é, entre 15 a 25 alunos por professor, à exceção de 2018 com 10 alunos (verde). Em 2021 a rede municipal de ensino teve 17 alunos por professor (amarela). Em 2022 temos 16 alunos por professor na rede municipal, 18 na rede estadual e 9 na federal (amarelo).
- c) Está informado que o município não monitora a quantidade de vagas nas universidades públicas e privadas por estar envolvido com o ensino básico. No entanto entendemos que o levantamento das vagas e dos cursos superiores e técnicos oferecidos no âmbito do Município se

torna importante para saber se a cidade oferece capacitação para a mão de obra que necessita para suas áreas estratégicas, tais como turismo, tecnologia, saúde, construção civil, comércio, saneamento, etc.

- d) O desconhecimento da população por faixas etárias dificulta a semaforização de alguns indicadores, dado a ser disponibilizado com o censo de 2022, até o mês de setembro/23 essa informação ainda não havia sido divulgada pelo IBGE. Certamente no RAPI 2023 teremos disponibilizados esses dados censitários e complementados os indicadores que dependem dessa injeção.
- e) É realmente preocupante e surpreendente observar uma queda tão significativa no percentual de escolas que cumprem a Lei de Acessibilidade em tão pouco tempo. A acessibilidade nas escolas desempenha um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. Portanto, atingir e manter um percentual de 95% ou mais de escolas em conformidade com essa lei é de extrema importância. A acessibilidade não é apenas uma questão de cumprimento das regulamentações legais, mas também uma medida do compromisso da sociedade em proporcionar igualdade de oportunidades a todos os estudantes. Quando o percentual de escolas em conformidade caiu de 98% em 2021 para 74% em 2022, isso indica uma regressão preocupante nesse compromisso. É crucial entender as razões por trás dessa queda e tomar medidas imediatas para reverter essa tendência.

Sugerimos que a Secretaria Municipal de Educação realize uma análise detalhada para identificar os problemas que levaram a essa redução drástica na conformidade com a Lei de Acessibilidade.

7.2.9 Tema: Segurança – 12 indicadores

A segurança tem aspectos interessantes:

- a) Diminuem gradativamente os homicídios anualmente, passando de 41 por 100,000 hab em 2017; 30 em 2018; 13 em 2020 e 8 em 2021 e 7 em 2022.
- b) Os feminicídios mostram igualmente tendência decrescente : 1 por 100.000 em 2019; 0,80 em 2020 e 0,77 em 2021 e 0,52 em 2022.
- c) Roubos e furtos de veículos apontam também tendência decrescente, muito positiva. Em contrapartida, furtos em geral, apesar de ainda estar numa faixa satisfatória (verde), apresentou um aumento de 26% em relação ao ano anterior.
- d) Apesar da elevada preocupação com os crimes por tráfico de drogas, não há informações sistemáticas sobre o assunto.
- e) Permanecem o mesmo número de CONSEGs (Conselhos de Segurança) ativos desde 2017 no número de 8.

7. 2.10 Tema: Saúde – 25 indicadores

Tema de relevante importância assim como a educação. Tem 25 indicadores para monitorar o tema.

A partir de 2020 foram incorporados novos indicadores neste tema, que necessitam ainda de parâmetros de semaforização. Assim mesmo é possível afirmar:

- a) A taxa de mortalidade infantil está na faixa verde desde o início do monitoramento, isto é, 2014 com 10,6% por 100.000 habitantes; 6,1% em 2021 e 7,7% em 2022, bem melhores que muitos índices, nacionais e internacionais.
- b) A quantidade de médicos e leitos hospitalares tem mantido consistentemente uma classificação na faixa verde de semaforização por vários anos. No que diz respeito aos leitos, foram registrados 391 leitos por 100.000 habitantes no último ano de apuração, 2022, o que é considerado uma situação satisfatória (indicada pela cor verde) quando comparado ao padrão de 100 leitos por 100.000 habitantes. Quanto aos médicos por 100.000 habitantes também em 2022, o número total apresentado pela fonte foi de 1.029, o que também se enquadra na categoria verde, definida a partir de 200 médicos.
- c) Estranhamente, a porcentagem informada para o ano de 2022 de 23% da população hipertensa, é igual ao número informado em 2021, mas,

de qualquer forma, a situação é ruim, uma vez que o ideal seria um índice abaixo de 5,7%.

- d) Há dados disponibilizados para analisar a mortalidade geral, de homens, de mulheres, precoces, por tipologia como cardiovascular, neoplasia, acidentes mas que precisam de estudo específico para a competente semaforização desses indicadores. Por ora não há segurança ou metodologia disponível para dar o devido encaminhamento. Será necessário um trabalho de natureza acadêmica para apoiar a semaforização desses variados indicadores que permitirão certamente ajudar o monitoramento da saúde em Florianópolis. Isso se aplica também ao tema da educação em boa proporção.

7. 2.11 Tema: Capital Humano – 03 indicadores:

- a) Para o indicador, porcentagem da população ativa com nível superior, a Secretaria Municipal de Educação (SME) ainda desconhece esse dado por não ter sido ainda divulgado pelo IBGE, base senso 2022. A formação e educação universitária são essenciais para as economias que querem ascender na cadeia de valor além dos simples processos de produção. As economias atuais exigem que se fomentem capacitações para realizar tarefas cada vez mais complexas e adaptativas às rápidas mudanças tecnológicas e científicas de vida social e sistemas de produção. Florianópolis não pode dispensar essa informação.

- b) Os investimentos em cultura já foram menores, agora, para 2022, foi informado o valor de R\$ 26,24 por habitante, ainda no amarelo, mas bem próximo ao verde (a partir de R\$ 26,83 p/hab).

7.2.12 Tema: Tecido Empresarial – 15 indicadores

Os 15 indicadores deste tema são novos, e por isso, ainda não possuem uma base histórica suficiente para que possamos criar parâmetros de semaforização. Na medida que se viabilizar uma competente semaforização desses dados como de todos os indicadores em azul, serão devidamente enquadrados nos respectivos níveis da semaforização ou qualificação em verde, amarelo ou vermelho.

7.3 - Dimensão Fiscal e Governança

7.3.1 Tema : Gestão Pública Participativa – 02 indicadores

- a) O indicador 159 que mede a “Porcentagem do orçamento que a sociedade civil participa de sua definição” é especificado por lei municipal em 5% do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) arrecadado, no entanto entendemos que este valor deveria ser revisto e ampliado. Vale destacar que Florianópolis vem consubstanciando um processo rico de participação social, na metodologia do tipo “Orçamento Participativo” com os Conselhos de

Desenvolvimento Regionais - Instituto Municípios Participativos, verdadeiras estruturas dinâmicas e capazes de dar encaminhamento neste sentido.

- b) No indicador 160 “Número de sessões públicas de prestação de contas” têm sido praticado em 03 prestações de conta por ano. No nosso entender, para uma melhoria de transparência da gestão, estas prestações de contas precisariam ser feitas pelo menos 09 vezes por ano de forma ampla e de fácil acesso a população em geral.

7.3.2 Tema: Gestão Pública Moderna – 09 indicadores

- a) Para o indicador 161, “Porcentagem do gasto com pessoal (ativos, comissionados, terceirizados) em relação ao gasto total”, foi informado pela fonte o valor de 36,40%. Vale reconhecer que esse item tem sido devidamente tratado pela administração pública municipal, sendo, nos últimos anos informado indicadores inferiores aos valores máximos previstos pela legislação. “CFE TCE/SC - DESPESA COM PESSOAL - artigo 169 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) fixou que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, para os Municípios, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida (artigo 19), assim distribuídos (artigo 20): a) 6% para o Legislativo; b) 54% para o Executivo.”
- b) Para o indicador 164 “Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipal feitas por meio de pregão eletrônico”

a redução de 8% no valor das compras feitas por pregão eletrônico no período 2020/2022 merecem atenção por se tratar de sistema de compras mais seguro.

- c) No caso do indicador 165 “Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipais feitas por meio de pregão presencial” é salutar que tenha tido uma redução de 14,85% em 2021 para 4,55% em 2022.
- d) No indicador 166 “Porcentagem do valor das compras totais da administração pública municipais feitas por meio de tomada de preços”, também é positiva a redução de 17,65% em 2019 para 3,26% em 2022.
- e) É preocupante o crescimento de 4,12% em 2019 do indicador 167 “Porcentagem do valor das compras totais da administração pública por inexigibilidade, por contratação direta”, para 7,17% em 2022.
- f) Nos chama atenção o aumento das compras na modalidade “concorrência” (indicador 169) passando de 9,50% em 2021 para 24,13% em 2022.

A modalidade “Concorrência é obrigatória nos seguintes casos:

- Em licitações e serviços de engenharia com valores acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);
- Na contratação dos demais serviços ou compras que tenham valor superior a R\$1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);

- Para compra ou alienação de bens imóveis, independente do valor;
- Em licitações internacionais, exceto em casos em que é possível a tomada de preços, ou seja, quando a entidade possui cadastro internacional de fornecedores e nos casos de convite, quando não fornecedor do bem ou serviço no país.

7.3.3. Tema: Transparência -02 indicadores

- a) A metodologia internacional - <https://transparenciainternacional.org.br/>, acessada em 20/10/2023, mostra que Santa Catarina encontra-se na posição 13º com 44,4 pontos a nível de Legislativo, considerado conceito: Regular (base maio/23) e 7º lugar, com 74,4 pontos a nível de executivo - conceito: bom (base jun/22). No caso de Santa Catarina, não existe nenhuma instituição cadastrada para realizar esse acompanhamento, dentro da metodologia internacional, a nível dos municípios.

7. 3.4 Tema: Impostos e Autonomia Financeira – 12 indicadores

- a) Os indicadores 177, 178 e 179 apresentaram a variação de 2022 para 2021 bem acima da inflação (IPCA) o que demonstra uma boa recuperação da economia municipal.
- b) É muito expressivo o crescimento da ‘Porcentagem de variação da dívida ativa em relação ao ano anterior’ (indicador 181), passando de 8,48% em 2021 para 54,78% em 2022, o que pode comprometer o planejamento de ações do próximo governo.
- c) No caso do indicador 182 “Porcentagem de inadimplência do IPTU” constata-se que o valor informado pela fonte de 19,77% é muito elevado.

7. 3.5. Tema : Gestão do Gasto Público – 06 indicadores

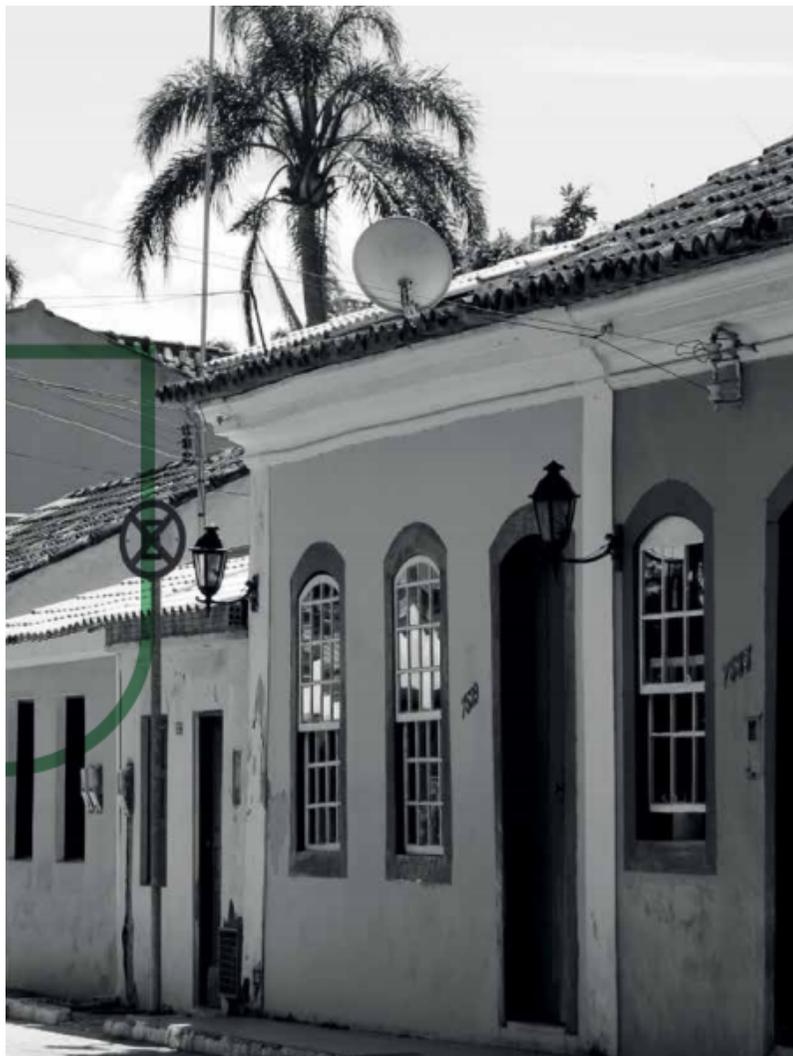
- a) O indicador 187 “Taxa média de crescimento anual do gasto corrente: percentual de variação no ano dos gastos correntes” indica que nos últimos dois anos o crescimento foi de 15,20% (2021) e 25,85% (2022) o que é bastante acima da variação da inflação no período.

7. 3.6 Tema : Gestão da Dívida – 04 indicadores

- a) Destacamos o indicador 190, “Crescimento do serviço da dívida: percentual dos juros da dívida em relação a receita própria” cresceu para

101,28% (2022) que é extremamente alto, mas deve ser decorrente do aumento da dívida (indicador 191) que cresceu 64,54%.



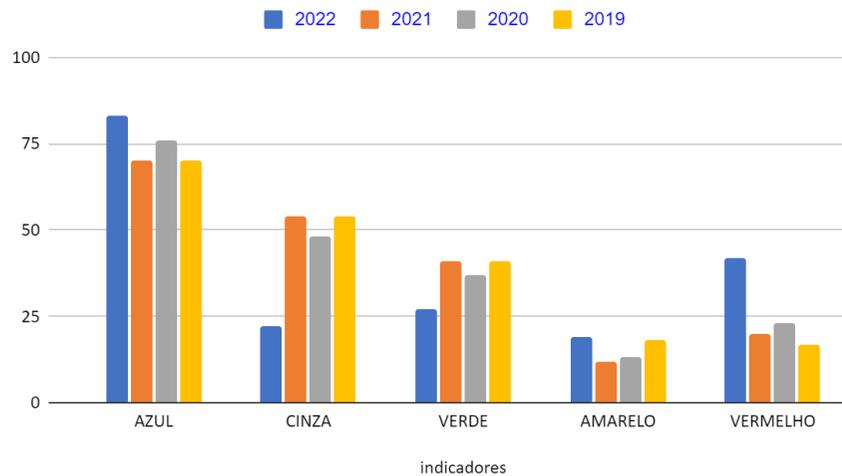


8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já são sete anos de busca incessante de dados, conferência, questionamento e validação dos mesmos dentro da metodologia estabelecida, além de proposição de novos dados para melhor monitoramento das dimensões, pilares, temas e indicadores com a elaboração dos respectivos RAPI de 2017 a 2023, o que significa dizer entender o rumo dado pela Sociedade de Florianópolis aos diferentes temas (26), e indicadores (193), representando um importante instrumento de informação objetiva, capaz de embasar discussões, alinhar encaminhamentos e possibilitar definições de políticas públicas de governança municipal. Estamos bastante satisfeitos por notar que muitos dos dados de indicadores, que anteriormente não eram obtidos e portanto não informados, estão sendo agora monitorados.

- Constatamos, contudo, que ainda existem entidades que não tem claramente definidos os setores e pessoas responsáveis pela apuração e manutenção sistemática de estatísticas e de dados dos indicadores.
- Por outro lado, há entidades onde esta função existe, no entanto, precisam melhorar seu entendimento sobre a metodologia de cálculo dos indicadores, pois alguns dados fornecidos em 2023, ano base de 2022, estão discrepantes com os dados fornecidos nos anos anteriores, sem que exista explicação coerente para a divergência.
- No gráfico a seguir observamos, que apesar dos esforços para melhorar a informação, a quantidade de indicadores cujos dados não são disponibilizados ainda é alta.

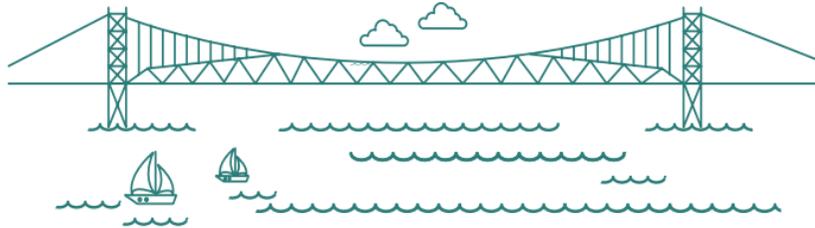
2022, 2021, 2020 e 2019 (anos base dos dados)



- De outro lado os indicadores em atenção (semáforização amarela) e em situação ruim (semáforização vermelha) continuam num patamar alto nos últimos 04 anos, o que indica que não se conseguiu avançar adequadamente na busca da excelência do desenvolvimento.
- Recomendamos que seja mais fortemente implementado o uso de indicadores na gestão pública municipal com a definição de servidores de carreira qualificados em cada órgão e secretarias para a interlocução direta com o grupo RAPI que sempre se coloca à disposição para colaborar no processo de sensibilização e capacitação para uso dos indicadores.
- Reiteramos que o aprimoramento dos indicadores e sua consistência ao longo do tempo, tem como objetivo primordial oferecer à Sociedade e à

- administração pública dados que permitam tomadas de decisões mais rápidas e com base em dados objetivos, que se aproximem dos anseios da sociedade.
- É relevante reforçar que para uma gestão moderna, eficiente e eficaz, o uso diário dos indicadores se apresenta como ferramenta indispensável. É preciso que os gestores e servidores públicos se apropriem efetivamente deles para que as políticas públicas efetivamente se dirijam às aspirações e desejos dos moradores no que se refere a qualidade de vida e sustentabilidade.
- Por fim o Relatório Anual de Progresso de Indicadores (RAPI) na sua 7ª Edição, vem agora contribuir também com a AGENDA FLORIPA 2030/40/50 - *Uma Agenda de desenvolvimento orientada pelos princípios de sociedade inclusiva, ambientalmente sustentável e economicamente equilibrada. Essa Agenda contempla uma visão de futuro; A construção de cenários até 2050; Características desejáveis para tornar as cidades mais humanas: equidade, diversidade e inclusão social (EDI); desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e inovação (ECTI); e foco na preservação do meio ambiente, questões sociais e governança da cidade (ESG); Diretrizes estratégicas para a modelagem do futuro de Florianópolis, fundamentadas nos Indicadores de Sustentabilidade da Cidade e ainda Projetos estruturantes que são fundamentais para a realização da visão de futuro da cidade, incluindo iniciativas já implementadas e propostas futuras (disponível pelo link: <https://bitlybr.com/jzdOw>, acessado em 20/10/2023)*, com sua diretriz estratégica para a modelagem do futuro de Florianópolis com suas dimensões, pilares, temas e indicadores, que poderá auxiliar e

contribuir para a avaliação das políticas públicas urbanas para os cenários formulados e definidos por essa agenda.



9. AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao Prefeito de Florianópolis, Topázio Neto, seus secretários municipais, gestores e servidores da administração pública, bem como secretarias estaduais, empresas públicas e autarquias por seus esforços e contribuições no fornecimento dos dados solicitados.

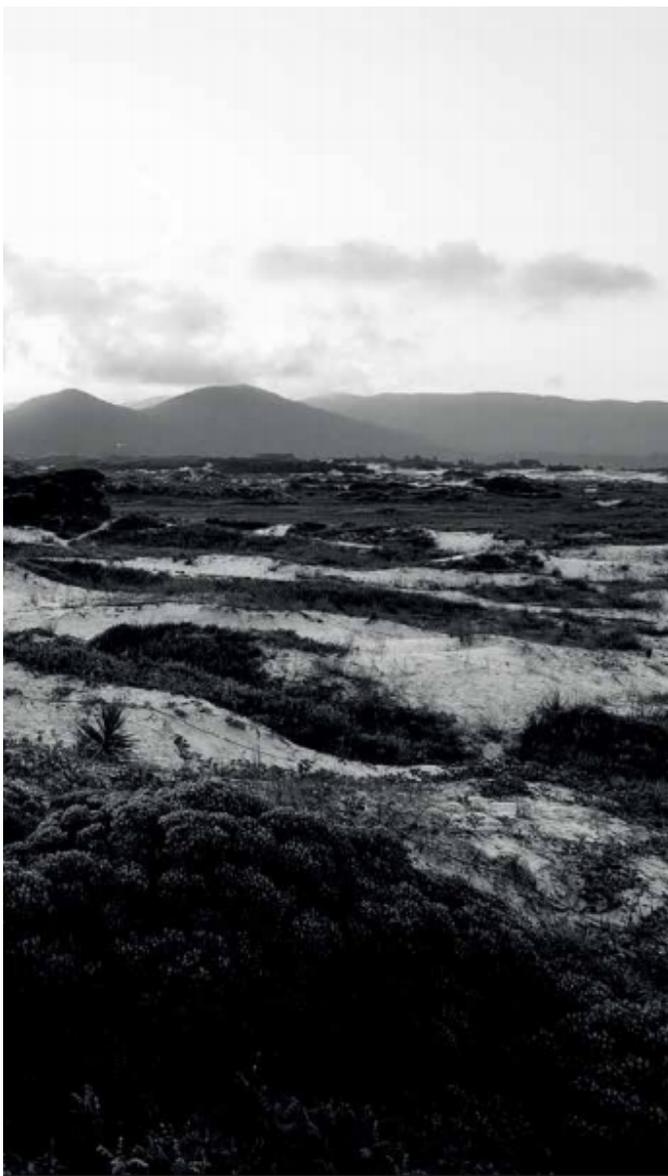
Fontes diretamente envolvidas no fornecimento dos indicadores:

Acate - Associação Catarinense de Tecnologia
ACM- Associação Catarinense de Medicina
Casan- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A
Comcap - Companhia Melhoramentos da Capital
Cosip - Contribuição de Serviço de Iluminação Pública
Floram - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Floripa Airport

IpuF - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis
SC Gás - Companhia de Gás de Santa Catarina
SDE/SEMA - Secretaria Executiva do Meio Ambiente
SEF-SC - Secretaria Estadual da Fazenda
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SHRBS - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis
SIE - Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
SMA - Secretaria Municipal de Administração
SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME - Secretaria Municipal de Educação
SMF - Secretaria Municipal da Fazenda
SMG - Secretaria Municipal de Governo
SMPIU - Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana
SMS/GEINFO/VE - Secretaria Municipal de Saúde
SMSP - Secretaria Municipal de Segurança Pública
SMTI - Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura
SMTTDE - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte
SSP-SC - Secretaria de Estado de Segurança Pública

Também, agradecemos imensamente ao incansável Grupo de Trabalho do RAPI, composto por membros da Associação FloripAmanhã, do Grupo Estratégico de Inteligência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e os membros do Observatório Social do Brasil – Florianópolis, que atuaram na revisão dos indicadores, no acompanhamento, na coleta, análise dos dados recebidos, e na elaboração do presente relatório.

Vamos, juntos, fazer uma cidade mais sustentável!



RAPI 2022 - 2023 - RELATÓRIO ANUAL DE PROGRESSO DOS INDICADORES

Grupo de Trabalho de Indicadores

Associação FloripAmanhã

Andrea Pessi M Costa

Ivo Sostizzo

Jaime de Souza

Márcia Regina Teschner

Max Thiermann

Pedro Carlos Rasia

Salomão Mattos Sobrinho

Observatório Social do Brasil - Florianópolis

Ivan Luiz Ecco

João Manuel Dias da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Clarissa Stefani Teixeira

Hans Michael Van Bellen

É permitida a reprodução parcial ou total deste material desde que citada a fonte Rede Ver a Cidade Floripa, 2022-2023.

Outubro de 2023.



